



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
UISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 2 DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

--- Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, na cidade de Viseu, no Solar dos Peixotos, realizou-se a reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- Período de Antes da Ordem do Dia-----

--- 1.Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 24/04/2025.-----

--- Período da Ordem do Dia -----

--- 1.Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões, conjugado com a alínea c) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro; -----

--- 2.Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 24 de abril e o dia 18 de novembro de 2025, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- 3.Análise, discussão e votação da 2.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2025, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

--- 4.Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2026, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do nº 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

--- 5.Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2026, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões;-----

--- 6.Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de 2026, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;-----

--- 7.Análise, discussão e ratificação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da autorização de reprogramação do PPI 2025 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referentes aos anos de 2025 e 2026 para a “Empreitada de recuperação paisagística para valorização das Aldeias Serra do Caramulo em Tondela, Vouzela e Oliveira de Frades”, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

--- 8.Análise, discussão e ratificação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da autorização de reprogramação do PPI 2025 e a repartição de encargos

e assunção do compromisso plurianual referentes aos anos de 2025 e 2026 para a “Aquisição e implementação de uma Plataforma de Gestão Urbana e de onze Plataformas Verticais para o projeto SMART REGION Viseu Dão Lafões”, no âmbito do projeto submetido e aprovado ao “Aviso N.º 01/C19-i08/2024 | Territórios Inteligentes | Aquisição e desenvolvimento de Plataformas de Gestão Urbana” do PRR, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

---9.Listagem dos compromissos plurianuais assumidos, entre o dia 24 de abril e 14 de novembro de 2025, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

•-- Intervenção do Público.-----

--- Realizada a chamada às dezassete horas e trinta minutos, verificou-se que se encontravam presentes todos os Senhores Deputados, com a exceção dos seguintes: -----

--- Maria de Fátima Nunes e Lopes Tavares -----

--- João Tiago Coutinho de Carvalho Henriques -----

--- Pedro Miguel Marques Borges -----

--- José Manuel Alves Macário -----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Pedro Alves, declarou aberta a Assembleia. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: “Eu venho aqui em nome do grupo que represento no meu partido, o PSD, apresentar uma moção de recomendação para a qual peço a vossa atenção. -----

--- É uma recomendação à Comunidade Intermunicipal CIM Viseu Dão Lafões, para intervenção junto dos municípios abrangidos pela ULS de Viseu Dão Lafões, com vista à contribuição para a manutenção, operacionalização e valorização do seu primeiro robô cirúrgico. -----

--- *Considerando que a Unidade Local de Saúde de Viseu Dão Lafões (ULS VDL) adquiriu o seu primeiro robô cirúrgico, num investimento global de 1.906.500,00 €, integralmente financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR);-----*

--- *Considerando que o referido equipamento, a instalar e operar no Hospital de São Teotónio, destina-se à realização de cirurgias minimamente invasivas nas áreas de Cirurgia Geral, Ginecologia e Urologia, recorrendo à plataforma robótica HUGO™ RAS, uma tecnologia modular multi-quadrante de última geração;-----*

--- Considerando a utilização da cirurgia robótica permite reduzir tempos de internamento e de recuperação, diminuir taxas de complicações e infeções, aumentar a precisão cirúrgica e melhorar significativamente a qualidade de vida dos doentes, traduzindo-se em ganhos clínicos e organizacionais relevantes para o Serviço Nacional de Saúde; -----

--- Considerando o contrato de aquisição inclui um programa de formação especializada das equipas médicas e de enfermagem, assegurando a capacitação progressiva dos profissionais e a utilização segura e eficaz desta tecnologia; -----

--- Considerando que apesar de o investimento inicial ter sido assegurado pelo PRR, a manutenção, os consumíveis específicos, a atualização tecnológica e a plena operacionalização continuada do robô cirúrgico implicam encargos financeiros futuros relevantes, que exigem um modelo de sustentabilidade a médio e longo prazo;-----

--- Considerando que a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, enquanto entidade de coordenação intermunicipal, tem um papel fundamental na promoção de respostas conjuntas que assegurem a coesão territorial e o acesso equitativo a cuidados de saúde diferenciados;----

--- Considerando que o Instituto Politécnico de Viseu (IPV) iniciou um processo formal de transformação em universidade, aprovado pelos seus órgãos competentes, com o objetivo de alargar a oferta científica a áreas atualmente vedadas ao subsistema politécnico, promover o desenvolvimento territorial e criar uma instituição universitária pública mais inclusiva e equitativa no contexto nacional; -----

--- Considerando que esse projeto universitário assume uma visão estratégica de longo prazo, com metas que se projetam até cerca de 2037, estando particularmente associado à evolução e valorização da Escola Superior de Saúde, enquanto polo estruturante de formação, investigação, inovação e transferência de conhecimento na área da saúde;-----

--- Considerando, a existência, manutenção e utilização desta tecnologia clínica avançada atrás referida, com esta inovadora robótica, nada mais é que um ativo estratégico essencial para o sucesso também desse projeto, potenciando o ensino, a formação avançada de profissionais de saúde, desenvolvimento e investigação clínica aplicada, com atração de docentes, investigadores e estudantes altamente qualificados, com reforço na articulação entre o sistema de saúde e o nosso ensino superior público de referência na nossa região; -----

--- Considerando o investimento no robô cirúrgico da ULS Viseu Dão Lafões deve, assim, ser entendido não apenas como um equipamento assistencial, mas como um instrumento estruturante de desenvolvimento regional, com impacto direto na saúde, na ciência, na inovação e na coesão territorial. -----

--- Assim, proponho que esta Assembleia Intermunicipal delibere aprovar a presente moção de recomendação nos seguintes termos:-----

--- Que a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões promova diligências junto dos municípios abrangidos pela ULS Viseu Dão Lafões, desta e de outras CIM's, com vista à definição de um modelo de contribuição solidária municipal e intermunicipal que apoie a manutenção, operacionalização e plena utilização do robô cirúrgico instalado no Hospital de São Teotónio; --

--- Que a CIM Viseu Dão Lafões assuma um papel ativo de coordenação institucional, promovendo a articulação entre os municípios abrangidos, a ULS Viseu Dão Lafões, o Instituto Politécnico de Viseu e as entidades da Administração Central, garantindo uma abordagem integrada entre saúde, ensino superior e desenvolvimento territorial;-----

--- Que seja avaliada a possibilidade de enquadrar eventualmente este investimento em programas de financiamento nacionais e comunitários, designadamente os que promovam a inovação, a investigação clínica e a qualificação do ensino superior público;-----

--- Que a manutenção e valorização desta sejam reconhecidos como um investimento estratégico regional essencial para a melhoria contínua da qualidade dos cuidados de saúde, no reforço do Serviço Nacional de Saúde na região, no sucesso projeto de evolução do IPV para a universidade, com particular impacto na área da saúde, e no fortalecimento da coesão territorial da região Viseu Dão Lafões. -----

--- E desta deliberação que hoje aqui se tomar, deve dar-se conhecimento à Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, aos municípios abrangidos pela ULS Viseu Dão Lafões, a esta ULS e ao Instituto Politécnico de Viseu e às entidades governamentais competentes nas áreas da saúde, do ensino superior e do planeamento territorial".-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Vítor Figueiredo**, cuja intervenção se transcreve: “É a primeira vez que eu faço uma intervenção nesta assembleia e, infelizmente não estava preparado para isso, mas em resposta àquilo que a senhora deputada disse aqui hoje, é claro que eu sou completamente contra e sou completamente contra por diversos motivos.-----

--- Primeiro, porque o hospital de Viseu não é apenas hospital dos concelhos da CIM. -----

--- O hospital de Viseu é um hospital distrital que inclusive até recebe utentes de outros de outros sítios.-----

--- De forma que eu não estou a ver, as câmaras municipais da região da CIM estarem a contribuir com um equipamento que, ao fim ao cabo, é de todos.-----

--- Depois também queria lhe dizer que a saúde é uma competência do Estado, não é uma competência aqui dos municípios.-----

--- E os municípios já têm muito mais onde gastar dinheiro e têm muito mais onde se entreter.

--- De forma que eu sou completamente contra a proposta que aqui fez, porque entendo que é o Estado que deve contribuir para que efetivamente as pessoas tenham a melhor saúde em todo o país e neste caso concreto da nossa região”.

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve:”. Relativamente ao contraditório exercido pela bancada do PS, que muito respeito, mas reitero tudo aquilo que disse anteriormente.

--- Além de que a visão relativamente às competências dos municípios, à semelhança de tantos outros assuntos, não deve ser apenas uma competência específica para uma determinada área em função daquilo que determina perentoriamente a lei. E designadamente as competências na área da saúde têm vindo a ser descentralizadas. E os municípios que integram a CIM devem ter uma visão estratégia e territorial no sentido de abrangerem respostas efetivas também na área da saúde. Portanto, a proposta que eu aqui trouxe, pese embora saber que a Unidade Local de Saúde de Viseu Dão Lafões, abrange mais municípios do que aqueles que fazem parte desta CIM, deve ser deferida, daí que a recomendação seja extensiva à envolvência desses outros municípios.

--- Mais lamento profundamente que, quando olhamos para uma instituição desta envergadura, onde a ideia é envolver uma série de instituições designadamente também na área do ensino, para a qual se ambiciona grande desenvolvimento nos próximos tempos, não possamos envolver todas as entidades para que, em conjunto, possam ser utilizadas ferramentas conjuntas, visionária, para um desenvolvimento salutar daquilo que é a resposta efetiva na área da saúde, na área do conhecimento e educação e no desenvolvimento tecnológico, conseqüentemente, trazendo desenvolvimento territorial.

--- Portanto, mantenho tudo aquilo que disse na minha proposta”.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: “Eu penso que esta matéria aqui e todas as matérias relacionadas com a área da saúde foram sempre motivo de união dentro desta assembleia.

--- O que se passa com esta proposta de recomendação vem ao arrepio daquilo que já havia sido também um compromisso assumido pelos autarcas em exercício, os presidentes de câmara, ainda antes das eleições autárquicas quando confrontados com, por parte do conselho de administração, da necessidade de aquisição de mais um robô cirúrgico, porque esta possibilidade se colocou, de modo a podermos ter uma maior diferenciação técnica e clínica no Centro Hospitalar Tondela/Viseu.

--- Dizer que já há por parte da Administração Central o investimento num robô cirúrgico que já está instalado neste momento, e que já está com profissionais a exercer ou a sua formação,

trata-se, isso sim, de procurarmos antecipar a nossa possibilidade de, com outro robô com mais diferenciação, nomeadamente ao nível ortopédico, para podermos liderar em termos nacionais este tipo de intervenção cirúrgica, para que Viseu possa ser referência nacional e ibérica. -----

--- É disto que nós estamos a falar. Não estamos a falar de quem é que tem a responsabilidade de fazer isto ou aquilo. Esta oportunidade está nos colocada. Não há capacidade neste momento por parte do conselho de administração, uma vez que já há investimento em curso a decorrer.

--- Naturalmente que não podemos, para além desta assembleia, sensibilizar estes municípios, mas deverá também quem tem outro tipo de responsabilidades políticas para os concelhos cuja primeira referência também do ponto de vista hospitalar é feita para esta unidade, fazer também a sensibilização para que outros municípios também, eles próprios ajudem nesta contribuição.-----

--- E não estamos a falar de nada de extraordinário em termos de valores. Estamos a falar de qualquer coisa que no máximo seja aos cento e quarenta mil euros por cada município, correspondendo à ULS a comparticipação devida daquilo que é a componente nacional. E nesse sentido, sensibilizar que quem vai mais usar é quem mais tem acesso. É para nós, é para cuidados de saúde para a nossa população. -----

--- Se nós pudermos fazer isso, isto é uma recomendação, não vincula rigorosamente ninguém, é uma sensibilização que se faz aos municípios no âmbito da CIM, que possam fazer este apoio, tomar a iniciativa para que o Centro Hospitalar Tondela/Viseu também lidere ao nível dos equipamentos científicos e também possa liderar numa resposta que não existe em Portugal neste momento com a diferenciação que nós queremos colocar e volto a dizer, podermos nós posicionarmos, como aqui foi dito, do ponto de formativo, para que os médicos do país adquiram formação em Viseu e não noutra sítio qualquer. Ou seja, é uma oportunidade que nós estamos a ter de fixar aqui conhecimento e fixar aqui capacidade técnica e clínica. Eu parece-me avisado que esta recomendação é sensata e positiva e que pode ir além, como disse aqui também, a deputada Ana Paula, para além dos concelhos que aqui estão.-----

--- Mas esta assembleia não tem competência para ir para além dos concelhos que aqui estão”.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Vítor Figueiredo**, cuja intervenção se transcreve: “O que eu queria dizer é que não estou mandatado pela bancada do partido socialista para falar, estou a falar em nome individual. E como tal queria dizer, e continuar no seguinte, fico satisfeito que o equipamento seja comprado e seja adquirido. Agora, não vejo com bons olhos é que seja efetivamente os municípios que já têm tanto onde gastar o dinheiro a substituir-se ao Estado, ainda para mais ouvi falar aqui em cento e quarenta mil euros para cada município. Eu quero dizer e volto a frisar o seguinte, que o Hospital de Viseu não é apenas dos concelhos relacionados

com a CIM, é uma área muito mais abrangente. Os municípios têm muito mais onde gastar dinheiro do que na área da saúde, porque a área da saúde compete ao Estado e não aos municípios. Efetivamente os municípios neste momento têm na sua área de jurisdição competências na área de saúde, mas no que diz respeito aos centros de saúde, não ao Hospital Distrital”.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **António Luís**, cuja intervenção se transcreve: “Eu peço que me perdoem, mas de facto, quando estava a ouvir a discussão, as várias intervenções, coloquei-me no lugar de quem me elegeu para estar aqui, no lugar de um munícipe que votou em mim e que resultou na minha eleição. Eu, como munícipe, diria que foi das posições mais retrógradas que assisti nesta assembleia intermunicipal. Não percebo porque não deixamos à consideração dos municípios a adesão a esta proposta, ou não. Mas por que razão teremos nós de os impedir?

--- Porque é precisamente por esta postura que só agora temos o IP3 a ser alterado, a ser requalificado. A requalificação que há tanto tempo pedimos, porque a obra está em andamento e também sabemos que o senhor Presidente da CIM está intimamente e genuinamente envolvido na aceleração dessa obra. Foi por esta divisão de posições que a unidade de radioterapia levou tanto tempo a avançar. Ou seja, por que não vamos deixar à consideração de cada um dos municípios?

--- Por outro lado, enquanto munícipe, também não estou preocupado se há um, dois, meia dúzia ou cem municípios a aderir a este desafio. A mim o que me preocupa é usufruir das melhores condições. O que me preocupa é, de facto, a rentabilização dum equipamento que é inovador e que pode constituir um salto substancial na área da saúde. Não importa se nós passamos a ser os melhores do país, importa é que estamos a prestar o melhor serviço possível, no âmbito da saúde, aos cidadãos deste território. E é isso, é isso que nos deve mover e é essa a causa que nos traz aqui.

--- Faz-me lembrar, também, as críticas que ouvi na altura em que foi adquirido este equipamento. Ouviram-se inúmeras críticas porque se comprou o equipamento e nem sequer pessoas com formação existem, como se isso fosse um problema. Quer dizer, não se aproveitava a oportunidade porque não havia técnicos com formação. A formação veio a seguir, conforme estamos a verificar. Por isso, não sejamos retrógrados e não impeçamos nós que possamos prestar o melhor serviço de saúde aos nossos cidadãos”.

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com 22 votos a favor e 17 votos contra.

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Jorge Figueiredo**, cuja intervenção se transcreve: “Venho aqui no intuito de deixar à consideração no plenário a apresentação de uma moção, ao abrigo do artigo 18º, alínea c). -----

--- *Compete ao estado e, em particular ao governo concretizar tudo o que estiver ao seu alcance por forma a tratar todos os portugueses por igual, diminuindo e/ou anulando as assimetrias existentes, quer as mesmas sejam de carácter permanente ou momentâneo, por forma que todos nos possamos sentir parte integrante e não discriminatória, no que diz respeito a um território uno, coeso e plenamente integrador, quer das oportunidades quer das disponibilidades.* -----

--- *Notícias bem recentes, feitas em jeito de aparente inevitável ameaça, estão prestes a contribuir para que o tratamento igualitário seja mais uma vez posto em causa, em particular, nos territórios malfadadamente apelidados de baixa densidade, quando estes já acarretam para além do menos agradável epíteto, a estes associado veem acrescidos os inevitáveis e palpáveis custos da interioridade.* -----

--- *A administração da VASP, distribuição e logística, com base em argumentos de índole financeira, quebra de vendas e aumento significativo dos custos operacionais, anunciou recentemente admitir interromper a distribuição diária de jornais numa série de distritos do interior do país, mormente no distrito de Viseu.* -----

--- *Esta ameaça, caso seja concretizada, colocará em causa de forma grave o livre acesso à informação, num vasto território que já por si só, sofre custos evidentes associados à interioridade.* -----

--- *Recorde-se, a propósito, que o atual Primeiro-Ministro, enquanto líder do governo e, no exercício do primeiro mandato, avançou a promessa de um plano para apoio à distribuição de jornais e revistas que nunca foi concretizado.* -----

--- *A Associação Nacional de Municípios Portugueses já veio publicamente insurgir-se contra este tipo de medidas, alertando para o facto de que esta decisão, caso não venha a ser revertida, “colocará em causa o direito à informação e o exercício integral da cidadania”, bem como “agravará as desigualdades territoriais num tempo em que devemos promover, cada vez mais, a coesão social e territorial”.* -----

--- *Assim, pelo exposto, os membros do Partido Socialista da Assembleia Intermunicipal, da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, reunidos em Assembleia ordinária no dia 15 de dezembro de 2025 em Viseu, vêm pela presente, exigir ao Governo e, em particular, ao Ministro*

da Presidência, António Leitão Amaro que tutela a comunicação social, ao Ministro da Economia e da Coesão Territorial, Manuel Castro Almeida, ou ao Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento de Território, Silvério Regalado, a tomada efetiva de medidas urgentes e concretas, conducentes à solubilidade da questão apresentada e, a posterior comunicação das mesmas, aos membros da Assembleia Intermunicipal, Viseu Dão Lafões. -----

--- Solicita se a colocação da presente moção ao escrutínio do plenário, mormente a sua apreciação e votação ao abrigo do artigo 40º, alínea f), do Regimento deste órgão deliberativo”.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Sérgio Ribeiro**, cuja intervenção se transcreve: “Em nome da bancada do PSD, vimos também aqui apresentar uma moção no seguimento deste mesmo assunto acerca daquilo que é a salvaguarda no que diz respeito à distribuição da imprensa escrita no distrito de Viseu e também no território da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões. -----

--- A distribuição regular de imprensa escrita constitui um instrumento fundamental o exercício da cidadania, o pluralismo democrático e o acesso à informação de proximidade, assumindo particular relevância nos territórios do interior e de baixa densidade populacional. -----

--- No distrito de Viseu e, em particular, nos municípios que integram a CIM Viseu Dão Lafões, esta realidade ganha especial importância face às características demográficas da região. De acordo com dados oficiais do INE e da PORDATA, estes territórios apresentam índices de envelhecimento elevados, com uma percentagem significativa de população idosa, para a qual a imprensa escrita continua a ser o principal meio de acesso regular à informação. -----

--- Apesar do progresso na digitalização dos meios de comunicação social, persistem desigualdades significativas no acesso e utilização dos meios digitais, quer por razões etárias, quer por constrangimentos de cobertura, literacia digital ou hábitos de consumo de informação. Assim, a imprensa escrita mantém-se, para muitos cidadãos, como um canal insubstituível de informação, acompanhamento da atualidade e participação cívica. -----

--- O eventual enfraquecimento ou interrupção da distribuição de jornais nestes territórios teria impactos negativos diretos na coesão territorial, na inclusão social e no direito à informação, podendo acentuar assimetrias já existentes entre o litoral e o interior. -----

--- O grupo do PSD reconhece que qualquer intervenção pública neste domínio deve respeitar o princípio da concorrência e a autonomia do mercado, não defendendo soluções que distorçam o seu funcionamento. Contudo, entende que cabe ao Estado acompanhar de forma responsável esta situação e criar condições para que nenhum território fique excluído do acesso escrita. -----

--- Assim, o Grupo do PSD na Assembleia Intermunicipal da CIM Viseu Dão Lafões, propõe que esta Assembleia delibere:-----

--- Recomendar ao Governo da República que acompanhe de forma próxima a evolução da distribuição de imprensa escrita no distrito de Viseu e no território da CIM Viseu Dão Lafões, avaliando os seus impactos quer sociais, territoriais e democráticos. -----

--- Apelar à identificação e implementação de soluções equilibradas de política pública, juridicamente enquadradas e respeitadoras do princípio da concorrência, que assegurem a continuidade da distribuição de imprensa escrita nos territórios do interior. -----

--- Sublinhar a importância da imprensa escrita enquanto instrumento de coesão territorial, inclusão social e fortalecimento da democracia local, particularmente em concelhos com população envelhecida e menor acesso digital.-----

--- O grupo do PSD reafirma, assim, o seu compromisso com a defesa do direito à informação, do pluralismo democrático e da igualdade territorial, entendendo que a coesão nacional também se constrói, garantindo que o interior não é excluído do acesso a bens essenciais, como a informação”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Jorge Figueiredo**, cuja intervenção se transcreve: “Eu queria fazer um esclarecimento à mesa, se bem entendi, a intervenção do senhor Presidente na sequência da apresentação da minha moção, foi colocar ao plenário a discussão da mesma.---

--- Aquilo que nós assistimos não foi exatamente isso, aquilo que nós assistimos foi a colocação de uma outra proposta, não tenho rigorosamente nada contra naturalmente, mas parece-me que se inverteu aqui, aquilo que era a deliberação no sentido de colocar à votação e não a colocação de uma proposta e método alternativo”. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: “Considerando que as duas moções aqui apresentadas tratam substancialmente da mesma problemática e do que ouvi, pareceu-me haver quase uma sintonia completa, quer dos considerandos quer das conclusões. Umas mais completas outras menos completas, a sugestão que eu coloco a todos, é que se complementem as duas e que a moção seja votada em conjunto para que a mesma, seja uma só, porque os fins e os objetivos daquilo que eu pude perceber são similares e penso que estaremos todos de acordo quanto a isso. Fica a proposta”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Jorge Figueiredo**, cuja intervenção se transcreve: “Senhor presidente, ainda que possa eventualmente concordar com aquilo que acabou de ser proposto, a minha sugestão é que coloque em primeiro lugar à consideração a proposta que apresentei e à respetiva discussão e à respetiva votação e posteriormente a outra. Ainda que num passo posterior se possa fazer uma proposta conjunta”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: “É prática quando, os membros da assembleia têm propostas

similares relativamente à discussão que a assembleia vai realizar, que se faça de modo conjunto, e não em separado, até porque ajuda na gestão do tempo e simplifica os processos de ajustamento caso sejam necessários. A discussão será conjunta, nunca será em separado, uma vez que as propostas são sobre o mesmo assunto. A votação será separada se assim se entender.

--- Será uma proposta de deliberação conjunta se for esse o entendimento.-----

--- É do entendimento da mesa, e a proposta depois ficará para apreciação do plenário, que relativamente aos considerandos que não me parecem comuns, que há divergências porque há considerandos de natureza política que vão para além daquilo que é o objetivo da deliberação, embora a deliberação seja similar, que a haver um documento conjunto terá que ser um documento que verse apenas nas conclusões, na deliberação apenas e não nos considerandos, porque os considerandos, alguns deles, parecem que vão para além daquilo que é a matéria em si mesmo e entram num âmbito de natureza político ou partidário.-----

--- E nesse sentido, se houver condições para se votar um documento apenas na deliberação que seja conjunta, acho que é fácil chegarmos a esta conclusão, senão, fá-lo-emos de forma separada e assumiremos depois a deliberação da assembleia.-----

--- Coloco, então, à consideração do plenário que façamos esta discussão conjunta das duas propostas e que, em função do que aqui abordei, que definam os termos em que querem que esta votação seja processada”.-----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: “Relativamente aos considerandos, concordo que eles possam ser distintos e são considerandos com enquadramento político, que se respeita na divergência. Portanto, esses seriam autónomos.-----

--- Na deliberação em si, quanto ao conteúdo, a recomendação final, nós nada temos a opor à apresentada pela bancada do PS. Sugiro que se leia de novo a da nossa bancada e se concordarem, votaríamos só a deliberação final, sendo que em ata ficaria que as considerações da bancada do PS seriam umas e as considerações da bancada do PSD seriam outras. À vossa consideração”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Paulo Rebelo**, cuja intervenção se transcreve:” Compreendendo que também seria aceitável fazer eventualmente um texto comum, ia pressupor trabalharmos esse texto comum, trabalharmos eventualmente também os próprios considerandos, até por uma questão de economia de tempo se calhar votar as duas moções tal como elas estão, chegarem duas moções, como se costuma dizer, *A Carta a Garcia se chegar em duplicado não se perde nada antes pelo contrário* e assim também não perdemos tempo na negociação se o considerando a ou b ou c, votam-se as duas e ficam as duas em ata, mas

sobretudo para nós é muito mais importante que os destinatários recebam não só a deliberação, mas objetivamente o que nos leva a essa deliberação e obviamente que isso está muito mais espelhado nos considerandos”.-----

---Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a moção, apresentada pelo deputado Jorge Figueiredo, do partido socialista, a votação tendo sido aprovada por maioria, com 17 votos a favor e 24 abstenções.-----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

---De seguida o Senhor Presidente colocou a moção, apresentada grupo intermunicipal do partido social-democrata, a votação tendo sido aprovada por maioria, com 35 votos a favor e 6 abstenções.-----

---Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: “É só para apresentar uma declaração de voto relativamente à abstenção da primeira moção. Não porque não concordemos com as conclusões, mas porque divergimos nos considerandos”.

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Vera Machado**, cuja intervenção se transcreve:” Ainda não tinha tido a oportunidade de intervir neste fórum e porque a primeira assembleia foi em exclusivo de tomada de posse e eleição da mesa, mas quero, no entanto, deixar aqui três ou quatro considerandos que me parecem pertinentes, visto estarmos a iniciar um mandato que se espera de quatro anos longo e profícuo.-----

--- No passado dia doze de outubro fomos todos chamados às urnas, naquele que é o ato mais nobre em democracia, a possibilidade de escolher quem nos lidera nos próximos quatro anos. E como diz o ditado, o povo é soberano.-----

---E mais uma vez a comunidade pronunciou-se, escolheu nos diferentes territórios quem entendeu ser a melhor opção de governança, dando a este órgão diferentes tonalidades, mas o mesmo grau de responsabilidade e esperança a todos.-----

--- Queria cumprimentá-los todos, os que estamos aqui pela vontade popular, cumprimentar também todos aqueles que cessaram funções e que de alguma forma ajudaram a dignificar aquele que é um sistema imperfeito, mas que ainda assim é o melhor que conhecemos que é a democracia. E por isso estamos, por excelência naquela que é a verdadeira casa da democracia da região.-----

--- Mais do que um discurso que faço aqui, é apenas uma reflexão que entendo que deve ser conjunta a um projeto político heterogéneo, que foi sufocado e coloca um enorme desafio de visão estratégica para o futuro da nossa região. -----

--- E é esse futuro, essa esperança de mudar realmente a vida das pessoas, que passa por cada um de nós. -----

--- Com mais de cinquenta anos sobre o 25 de abril e sobre o 25 de novembro, bem como os quarenta e nove anos sobre o poder local democrático que se assinalou no último dia doze, cabe-nos a nós, atores políticos, de todos os quadrantes, dignificar essa grande conquista de liberdade e igualdade. Os perigos para a democracia e consequentemente para o poder local e supramunicipal, que é sem dúvida o maior motor de desenvolvimento das nossas cidades, vilas e aldeias, é muitas vezes colocado em risco. -----

--- Eu falo para os eleitos, para os que votaram, para aqueles que optaram por não exercer esse dever cívico. E a reflexão é mesmo esta, para onde caminhamos e para onde queremos ir. -----

--- E não podemos deixar que estas novas formas de comunicar incitem ao ódio e à violência, onde o achincalhamento, o maldizer e a superficialidade nos tornam, a nós, todos políticos, que temos responsabilidades em ser sem pensamento e sem capacidade crítica e de reflexão. -----

--- Com certeza que todos nós aqui dentro, e digo e repito, todos, no pluralismo, na diversidade e na universalidade de responsabilidades públicas, queremos reforçar a democracia com ideias, com projetos com intervenção digna e elevada nesta casa. -----

--- Temos todos que lutar por isso. Ao Conselho recém-empossado e ao Secretário Executivo, e que brevemente será reeleito, Dr. Nuno Martinho, dizer que têm um enorme desafio pela frente. Terão de encarar a baixa densidade, como uma oportunidade para captar talento, inovação e empreendedorismo. E o meu desejo é também que mantenham a proximidade, que ajudem todos a viverem condignamente e que apoiem os mais vulneráveis. Precisamos de todos, temos de incluir todos, trabalhamos todos para que esta região continue a ser um território de excelência. -----

--- Sem ruído, com sentido de responsabilidade e elevação, levaremos a este desígnio ao bom porto. -----

--- Para terminar só quero dizer que ser político é uma honra, e é isso que devemos sentir, honra por sermos escolhidos para contribuir para o bem-estar da nossa comunidade. Devemos fazê-lo sempre de uma forma serena, urbana, simples e sempre com a humildade de que todos os lugares são efêmeros. -----

--- Vamos ao trabalho. -----

--- E agora se me permitem, queria aqui deixar uma moção que apresento a representação do grupo parlamentar do PSD, à vossa consideração e que se prende com uma via estrutural para a região centro, o IP13 que passo a ler.-----

--- *“Considerando a importância desta via rodoviária que liga dois polos centrais da nossa região, Viseu e Coimbra.-----*

--- *Tendo em linha de conta que ao longo de inúmeros anos, sempre foi desejo reivindicação e sobretudo uma necessidade premente para as nossas populações a sua reabilitação e refuncionalização, com o propósito de, por um lado reduzir a sinistralidade e por outro tornar esta infraestrutura mais competitiva para o transporte de bens e pessoas.-----*

--- *Pese embora todas estas intervenções que estão a acontecer atualmente causem enormes constrangimentos, inclusive nas redes viárias adjacentes, a duplicação do traçado e colocação de separador central, vem claramente ao encontro dos nossos anseios, bem como dar uma nova centralidade à nossa região e ao tecido industrial que tanto dela necessita.-----*

--- *Este investimento que está a decorrer de forma célere e eficaz, já tem também uma nova expectativa, aliás, uma nova garantia, com financiamento inscrito já no Orçamento de Estado para 2026, que é a decisão final de transformação de todo o percurso do IP3 em perfil de autoestrada até 2034.-----*

--- *Este projeto, cujo traçado já estará definido, bem como o respetivo cronograma, e onde os autarcas terão sido ocultados, será uma verdadeira revolução naquela que é a estratégia de mobilidade e desenvolvimento da Região.-----*

--- *Há finalmente uma solução com maturidade, responsabilidade e perspetivada num curto espaço de tempo.-----*

--- *Por tudo isto, o Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia Intermunicipal da região Viseu Dão Lafões, vem aqui propor a votação desta moção, como reconhecimento ao Governo da República, em particular ao Ministério das Infraestruturas que entendeu os sinais e a premência da intervenção nesta estrutura viária, e diligenciou para que num curto espaço de tempo, todos possamos usufruir de um IP3 em perfil de autoestrada, moderno, competitivo e mais seguro para os utilizadores”.-----*

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve:”. Eu ouvi esta moção e confesso que como membro desta Assembleia, não tenho o mínimo de condições para me pronunciar sobre ela.-----

--- Aquilo que foi notícia de jornal, eu desconheço que estudo e fundamento tem. E depois acho extraordinário, durante várias sessões e assembleias, eu ouvi aqui enormes críticas contra o facto de haver atrasos, algumas críticas com razões, na execução de um projeto que foi

negociado com as câmaras e com as duas CIM's, Viseu e Coimbra. Projeto, que por acaso está em execução, está em execução atrasada porque, o dirimir do conflito resultante do primeiro concurso demorou um ano em tribunal, Tribunal Administrativo, e, curiosamente, tem aliás, tinha um projeto, ou eu vejo mal ou agora milagrosamente desapareceu do site das Infraestruturas, tinha uma outra parte aprovada em termos de execução, do projeto de execução de engenharia, em 2023, entregue ao Governo de então, na altura em 2023, e que obviamente teve que seguir para verificação do acordo com o estudo de impacto ambiental que aliás foi concluído em 2021, no final de 2021, e que foi entregue ao Governo, ao primeiro Governo do PSD em novembro de 2024, que é o troço do alargamento do Nó de Treixedo, Santa Comba Dão, como é conhecida, até à Lagoa Azul. -----

--- É um facto que desde 2024 até agora nada se avançou em termos de pôr em obra e agora parece que haverá um traçado que eu, pessoalmente, como membro desta Assembleia desconheço. O que eu sei é que aquilo que já devia estar pronto e houve atraso do anterior, também houve covid pelo meio, a guerra da Ucrânia, a falta de materiais, não está. E não estou a ver quando é que isto vai ser feito. Agora atira-se para 2034. Vão-me desculpar, mas isto parece uma desculpa de mau pagador, é atirar para daqui alguns anos. O que me parece é que não há cobertura orçamental porque não há apoios financeiros em termos de fundos europeus para construir estas obras. E, portanto, vamos ver e fazer aguardar.-----

--- Acontece que aquilo que, hipoteticamente, eu reconheço por notícias que não sei que validade têm, é que inclusivamente se pressupõe que para chegar a Coimbra ou à A1 pelo sul, evitando mais de trinta e cinco, a quarenta quilómetros, por exemplo, se for do meu concelho, agora, haverá um espaço, ainda não se sabe qual, terá portagens porque aquilo que se apontou e que foi falado na consignação da obra do troço que está agora em obra em Tondela, é que se recorresse, como agora se ouviu falar, à parceria pública ou privada. O que quer dizer que irá ter custos para o utilizador.-----

--- Bom, eu gostaria de ter tudo isto esclarecido.-----

--- Esperava fazer algumas perguntas ao senhor Presidente do Conselho Intermunicipal no período das atividades da Comunidade, na medida em que, no relatório de atividades que nos foi entregue, obviamente que não havia nenhuma referência a isso porque relatório de atividades é sobretudo da estrutura de apoio técnico da comunidade, o que se percebe inclusivamente neste período de transição de autarcas.-----

--- Mas, assim, ainda menos posso pronunciar-me sobre uma moção e não posso aceitar que me venham colocar aqui uma questão como de interesse da nossa região, quando se introduz

com a colocação de possíveis portagens, um entrave à competitividade territorial que ainda há pouco aqui foi referida a propósito da saúde. -----

--- Pronto, obviamente eu não votarei esta moção. O que eu gostaria é que fosse cumprido o acordo do estado e que fosse dada concretização àquilo que está previsto. -----

--- Se as pessoas tiverem dúvidas, aliás este assunto foi discutido e os atrasos ainda no mês de junho foram referidos, na minha Assembleia Municipal, e eu distribuí a toda a gente o rosto dos projetos que estavam aprovados e que agora pelos vistos desapareceram do site da IP. Não sei se é para mostrar que não havia projetos ou para esconder que os havia. Vão-me desculpar, mas isto tem de ser claro. Quando me explicarem aqui qual é a alternativa que o Governo neste momento apresenta para o traçado, eu não tenho nada contra que, Penacova ou Vila Nova de Poiares tenham o melhor acesso, mas não é isso que está em discussão para nós. Está em discussão outra questão que estava contratualizada e que estava em andamento e que agora não sabemos quando vai ser concluída. -----

--- Portanto, eu gostaria que me fosse explicado qual é o traçado, em que condições, que garantias há, um estudo de impacto ambiental demorará pelo menos para cada troço para aí um ano e meio ou perto disso e, portanto, quando é que isso estará pronto?-----

--- E nós continuamos de facto, tendo um troço difícil, que é o Lagoa Azul até ao Nó de Penacova, e que por ali não haverá mais obras porque o estudo de impacto ambiental não permitirá que por aquele lado se faça, mas todos os estudos que estão feitos é só ler a autorização prévia do estudo que foi elaborado em menos 2021 e aquilo que está no estudo de impacto ambiental do troço, de Santa Comba Dão, à Lagoa Azul e verão o que é que há em estudos feitos pelo IP já sobre o antigo traçado quando se falava na Via dos Duques e verão que as respostas e as configurações técnicas são todas contra essas escolhas de traçado”. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Joana Sevivas**, cuja intervenção se transcreve:”. Eu ouvi a moção de recomendação e eu não pude vir deixar aquilo que me surgiu logo no meu pensamento. De facto, nós estamos aqui porque fomos eleitos pelos nossos concidadãos, pelas pessoas que habitam connosco as nossas terras e a mim custa-me imenso reconhecer a celeridade das obras do IP3, seja a que o Governo for.-----

--- E eu acho que nós devemos isso às pessoas, aos habitantes que votaram em nós, acho sinceramente até descabido, porque qualquer obra no IP3 só peca por tardia, só peca por, exatamente por ter chegado só agora e, portanto, nós, acho que lutarmos pelas diferenças das assimetrias que já que foi falado é exatamente lutarmos por melhores acessos e as obras do IP3, pecam exatamente por tardias.-----

--- Portanto, nós não temos de reconhecer celeridade a ninguém, não me parece que tenha havido qualquer celeridade para além de concordar com aquilo que já foi dito anteriormente, era isto que eu vinha dizer porque, de facto, me causou imensa estranheza esta apresentação desta moção”. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: “Pois eu tenho uma opinião diferente, das duas intervenções da bancada do PS. Porquê? Porque eu não estou assim na Assembleia Intermunicipal há tantos anos, mas de facto nos anos que estive anteriormente, cansei-me de ouvir o mesmo assunto. E desde muito jovem que me cansei de ouvir as mesmas reivindicações, legítimas e felizmente que na grande maioria das moções que foram presentes a esta Assembleia Intermunicipal, quanto à reivindicação da obra, estivemos de acordo. Agora que a obra está a ser feita, está a iniciar-se algo de suma importância para o desenvolvimento estratégico e territorial da nossa região, estamos chateados por a obra estar a ser feita. Nada mais nada menos, é importante enaltecer a realização da mesma, ter havido a coragem política de avançar, porque foi efetivamente uma coragem política de avançar em tão curto espaço de tempo, com todas as divergências e dicotomias anteriormente existentes e que esta Assembleia bem as sabe, porque foram sobejamente trazidas aqui e imensos considerandos de todas as bancadas políticas. Agora que finalmente temos a obra, não nos devemos regozijar com a mesma?!?!. Se calhar era melhor continuar a vir aqui e estarmos todos de acordo e reivindicar em uma moção: “Senhor Presidente do Governo, faça lá o IP3 em formato de autoestrada”. Felizmente que ela está a ser feita. -----

--- Continuemos a estar unidos neste objetivo comum de reivindicar para a nossa região esta infraestrutura tão essencial, para que ela possa continuar. -----

--- De resto, quanto às questões que o nosso colega deputado, Dr. Rui Santos aqui veio trazer, decerto que o senhor Presidente da CIM, na sequência de uma reunião recente, trará mais informações quanto ao traçado. E contamos também com ele para reivindicar a celeridade dos estudos, dos projetos, de tudo aquilo que for necessário. Nós estamos aqui como eleitos para reivindicar aquilo que é essencial ao desenvolvimento da nossa região, mas também estamos eleitos para reconhecer o que está bem feito, o que está mal feito e o que precisa de ser melhorado. E neste momento, a duplicação do IP3 começou, é essa a realidade. Portanto, ainda bem que houve coragem política e financeira para a realização desse projeto. -----

--- Assim nós aderiremos e votaremos a favor à moção apresentada”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve:” Eu nunca estarei aqui a fazer um debate que não leva a nada, porque não estamos a discutir coisas concretas e com documentos na mão. Só queria dizer à senhora deputada Ana Paula Santana,

por quem tenho a máxima consideração, que é muito simples. Por acaso nós estamos em 2025, se por acaso o projeto tivesse sido levado como foi definido, porque não foi agora que se inventou isto? Isto tem fases, sabe? A vantagem de ser velho é ter acompanhado estas coisas todas, não é? E, portanto, isto até teve uma fase inicial muito interessante que se chama Via dos Duques, que eram PowerPoint, nem passava pelo meu concelho, por acaso. E que agora se tenta retomar de alguma de alguma forma. O problema é preciso termos a noção de que tempo demora e o que é que isso significa e o que é que se está a deitar fora.-----

---O que foi acordado com a nossa região foi a duplicação com exceção de dezanove quilómetros e os projetos para a duplicação foi dividido em três troços. O primeiro troço foi aquele que já está em obra neste momento, o segundo troço está concluído e desde novembro de 2024, a aguardar decisão do governo, e o projeto do terceiro troço deve estar praticamente concluído. E são projetos que foram pagos pelo Governo português. O outro troço é o Nó de Penacova a Souselas, e a ligação àquilo que era a A14, que era como estava previsto e A1. Pronto, o projeto estava definido, senhora doutora, que sabe muito bem que em 2018 isso foi acordado com as duas Comunidades Intermunicipais. O meu município, por exemplo, está aqui, gente sabe, foi um dos grandes envolvidos nisso e inclusivamente, a CIM suponho que ainda tem um grupo de acompanhamento da construção da obra do IP3 para definir os impactos que o traçado tinha no âmbito dos municípios que eram servidos. Uma boa iniciativa, para prevenir duplicações e desfazer coisas que já estavam feitas.-----

--- Ora bem, o que está a fazer aqui é tirar para as calendas. Aquilo que devia estar pronto em 2024 é para dez anos depois que se prevê a conclusão e não sabemos como é que vai ser feito o troço para além da Lagoa Azul. Não sabemos. Sabemos que se pretende fazer uma ligação à A13. Acho muito bem que a façam. O problema é nós devendo ser solidários com Penacova e Vila Nova de Poiares, o nosso problema era outro e o compromisso que foi assumido connosco foi outro. Foi que se fazia o troço de Penacova até Souselas, ligação à A1 e à A14. Foi isto, e sem pagar portagens. E com inscrição e dotação feito através do orçamento de estado. As obras que estão agora a fazer, obviamente para terem cobertura, têm de estar neste orçamento de estado, já está a ver a prevista em orçamentos anteriores. Portanto, nós temos de ver o que é que está em causa. Eu acho que é bom fazer alguns números, mas também, desculpem lá, dêem-me uma coisa concreta, digam-me quando é que preveem ter um estudo de impacto ambiental que é ou atravessar a Serra do Buçaco, ou atravessar pelo lado pela Serra da Lousã, se acham que isto é tão fácil, não só em termos de engenharia, mas também em termos de impactos ambientais, se acham que isto se resolve em meio ano ou um ano, então, eu acho que fazem muito bem ter essa ideia, mas isso não vai acontecer. E, portanto, o que eu acho é que estamos a ser

prejudicados porque se quer mostrar um serviço que por acaso já estava previsto para ser feito. O problema é só esse, não há mais nenhum, é uma questão de grande impacto de natureza política e mais nada. -----

--- Em termos concretos, eu gostaria de saber qual é pelo menos o mínimo traçado. E a única coisa que eu lhe sei, é que neste momento no site das infraestruturas, no mapa que está definido, até já nem se diferencia entre o troço, que está em obras, Viseu, Nó de Treixedo, e o troço Nó de Treixedo/Lagoa Azul. Até parece que já estão os dois em execução quando isso não acontece”. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: “De facto, eu sou mais jovem que o nosso colega, e tenho toda a humildade em reconhecer que ele, de certeza absoluta, há-de ter muito mais conhecimento do que eu, não só pela idade, mas também pela experiência pessoal que terá e que será, com certeza, distinta da minha. -----

--- Tenho 54 anos, uma coisa eu me lembro, em 2008, uma placa em Mortágua de anúncio da duplicação do IP3, não é? E isso não aconteceu. E em 2024 a obra começa. São os factos. -----

--- Eu sou do Direito, sou uma mulher da factualidade e daquilo que está ou não provado, e isso está provado. Eu sinceramente não estou preocupada com as especificidades técnicas porque não cabe a mim apurar ou delinear projetos de engenharia ou declarações de impacto ou tudo o mais inerente àquilo que é a execução de um projeto desta natureza. De maneira que eu não me interesso como é que a obra vai ser executada, eu quero é a obra, porque a obra é essencial para a minha região. E é isso que eu tenho aqui como papel, reivindicar aquilo que é essencial para o desenvolvimento da minha região. E eu pensava que estávamos todos de acordo quanto a isso, e não envolvidos numa luta política de que agora que este PSD está no governo é que está a fazer mal, está a fazer obra, venham os próximos desenvolvimentos. Até temos a garantia da imparcialidade, agora que temos um Presidente que tem todo o meu respeito e que tem todo o nosso respeito para reivindicar aquilo que é essencial para o desenvolvimento da nossa região”. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Vera Machado**, cuja intervenção se transcreve:”. De uma forma muito simples, portanto, o PSD não vai retirar como é o óbvio a moção, vai colocá-la à votação. Esta moção tem sobretudo a ver com o compromisso do governo, que é a duplicação de todo o traçado. Com certeza o Conselho trará mais informações e estará disponível para esclarecer um conjunto de dúvidas. E esta moção existe porque a obra é uma realidade. -----

--- O deputado Rui Santos, tal como eu, faz este trajeto do IP3, portanto, efetivamente está a ser feito de forma célere, é uma constatação, é um facto. E, portanto, não vamos retirar, vamos colocar à votação.-----

--- E deixo aqui só também agora uma sugestão em nome do PSD e, sugeri ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, que convocasse a mesa, que tivesse a iniciativa de convocar até um debate específico sobre esta questão do traçado, esta questão, todas estas dúvidas estão em causa e, portanto, que fizesse, fizéssemos um debate específico sobre a questão do IP3, pudéssemos trazer pessoas, que nos pudessem responder a questões mais técnicas, porque para nós politicamente o que nos interessa é o IP 3 concluído e a questão da duplicação do traçado”.-----

Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Paulo Rebelo**, cuja intervenção se transcreve:” Antes de mais, acho que era mesmo conveniente até, hoje não temos assim muito público, mas eu tenho a certeza absoluta, que muitos cidadãos aqui se estivessem presentes nas galerias, estariam até um bocadinho enfiados com a conversa que por aqui vai.-----

--- Junto-me evidentemente ao que disse aqui a senhora deputada Joana Sevivas, que se há coisa que o IP3 nos deve é, de facto, desculpas no sentido do atraso que leva. E desse ponto de vista, também, até num espírito cristão, católico, do Natal que se aproxima, não podemos andar aqui a atirar muitas pedras, sejamos francos, não é? Quer uns, quer outros, temos responsabilidades, numas alturas mais uns, noutras alturas mais outros, mas enfim, acho que ninguém pode ostentar medalhas ao peito dos grupos que estão aqui representados nesta Assembleia.-----

--- Sim, é verdade, colocou-se uma placa em 2008, não avançou, diz que foi o Tribunal de Contas que não deixou juntar não sei quantas. Depois sim, houve quem quisesse fazer a Via dos Duques, também não avançou para outra coisa qualquer, talvez até porque, passado poucos meses, caiu o Governo. Eu estive nessa sessão de apresentação ali no Salão Nobre da Câmara Municipal, a ver o PowerPoint.-----

--- Já agora, só a título de curiosidade, fica-vos a minha opinião. Eu que todas as semanas, pelo menos, Viseu - Coimbra faço, e depois ao fim de semana, também me junto aqui aos Tondelenses que têm estado aqui a discutir isto, enfim, nem sei se duas, três vezes por sábado e por domingo que faço este troço. Na altura ocorreu-me o seguinte, bom, não me chateia muito, até Santa Comba Dão é a melhor parte do IP3. Bem sei que alguém poderá aqui vir dizer, ah, mas é onde há sinistralidade e tal. Sim, mas é verdade que sim, também é verdade e que sabemos porquê, não tem separadores centrais, não é? Mas do ponto de vista da rapidez da viagem, do ponto de vista do piso, do ponto de vista de duplas faixas para ultrapassagem de

lentos, acho que é indiscutível que Viseu/Santa Comba Dão é o melhor troço, o que está melhor, enfim, até Coimbra. E na altura, lembro-me de ter pensado, vão fazer uma autoestrada até Nelas, está bem, resolvem o problema de Nelas, e depois podem até seguir para a Serra da Estrela. Eu continuarei a fazer o IP3 até Santa Comba Dão e aproveito então a partir daí. -----

--- Bom, não aconteceu Via dos Duques e depois a senhora deputada Ana Paula Santana, que também tenho muita consideração, convirá que evidentemente que não se deve só a este governo o facto da obra estar a acontecer, não é? Quer dizer seria, acho que até nem uma criança acreditaria nisso, não é? Quer dizer, a gente não chega e começa uma obra. O doutor João Azevedo, que eu apoiei entusiasticamente e integrei as suas listas aqui no concelho de Viseu, há de haver muita coisa que vai fazer nos próximos tempos que será da sua responsabilidade. Mas haverá muitas que também virão um bocadinho de trás, quer dizer, é justo, é, acho que é o mínimo, digamos, de franqueza, sinceridade e honestidade que nós temos de ter, não é?-----

--- Quer dizer, não foi com certeza este governo que fez os projetos todos, pôs tudo a andar, evidentemente, e sabemos até, e conhecemos alguns dos protagonistas que o fizeram no passado. Bom, dito isto, eu estou muito ansioso, já percebi como outros também, pela intervenção do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal porque poderá trazer algumas novidades realmente o que aí vem. Mas também ninguém nos atire, quer dizer, nós estamos todos pela região, estamos todos pelo melhor. Mas há uma coisa que temos de assumir. O compromisso era a duplicação do atual IP3, Viseu/Coimbra. -----

--- Se há um governo agora que tem outras ideias, eu não sou jurista, mas também não sou, é uma palavra difícil dizer, eu vou arriscar, prestidigitador. Adivinho? Não sei, não é? Senhora deputada Ana Paula Santana disse, eu sou jurista, cinjo-me aos factos. Pronto, então vamos lá aos factos. -----

--- E para ver os factos é preciso que me digam o que é que vai acontecer, não sou adivinho, não sei qual é a intenção. Há umas notícias que é para chegar ali a Penacova, resolver uns problemas por dentro e tal, mas isso não era o que estava combinado. Não era isso que estava combinado. Até pode vir a ser uma solução e até podemos juntar todos e bater palmas a essa solução, mas objetivamente, o que estava acordado, e já aqui lembrou o Rui Santos e muito bem, com este Conselho desta Comunidade Intermunicipal com a de Coimbra, era a duplicação, enfim, na maior parte do traçado, com aquelas pequenas percentagens só de três faixas e num curto troço, uma para cada lado, não é assim? Portanto, agora, estão-nos a pedir para fazermos loas ao Governo, porque começaram uma obra que já deviam ter começado, olhe, desde 2008. Faço o jeito e o favor à senhora Ana Paula Santana, estamos em 2024, vamos agradecer, sem saber bem se

estamos a agradecer o que está comprometido ou não, também não parece fazer muito sentido. Desculpem lá. Eu diria que o grupo parlamentar do PS vai votar contra essa moção. -----

--- Mas até acho que era mais simpático se eventualmente o grupo do PSD reequacionasse se não será extemporâneo estar a apresentar esta moção, porque também não me custa nada, e aqui não falo pelo grupo do PS, mas falo por mim, não me custará nada no futuro votar uma moção qualquer a dizer que este Governo é bestial porque está a fazer coisas extraordinárias para a região e nomeadamente no que diz respeito ao IP3. Agora, não me parece é que seja hoje o dia, porque falta mesmo muita informação. E desculpem lá, nós estamos em 2025. Tínhamos uma expectativa do que o que estava combinado, já ia demorar algum tempo, mas enfim, ainda se vê nesta década. Agora falamos em 2034. Eu até fico com arrepios. Quando me começam a falar de coisas há nove anos e há dez anos, pronto, eu, não é? Acho que sou um comum mortal, até penso assim, bom, a ver cá ando, não é? Nessa altura. Não é assim muito entusiasmante pensarmos em coisas há dez anos, convenhamos". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: "Vou procurar também ser sintético, como foram até aqui, que não foram, mas tentar fazer um bocadinho de história do que foi feito. E se voltarmos atrás, não vamos até 2008, ainda vamos até 2004, com uma resolução do Conselho de Ministros de Santana Lopes para a criação da autoestrada, Viseu/Coimbra, foi revogado por José Sócrates e aí sim depois entra com o processo todo das concessões, não é? Das concessões e depois com a duplicação dos custos de setecentos milhões para mil e quatrocentos milhões, o Tribunal de contas, e por aí. Pronto, a verdade é que vamos apenas cingir-nos aos últimos tempos E para ver aqui, e não é paternidades, é resoluções. Quem é que resolveu o problema, não é? E isso é que é importante fazermos, quem é que está a resolver o problema e se o problema vai ser resolvido. Uma coisa é certa, independentemente de já haverem dois governos da AD num curto espaço de tempo, a obra avançou neste período de tempo e neste período de tempo também temos a certeza de uma coisa, as CIM's já se pronunciaram quanto ao traçado, e em 8 anos, em 8 anos de Governo do Partido Socialista, parte deles em maioria absoluta, não houve nenhuma decisão quanto ao traçado. Zero decisão completa quanto ao traçado. Nós não sabemos qual é que é o traçado. Não se herdou nenhuma resolução do que quer que seja, a não ser para esta questão, não estava no site, também estava a apresentação da Via dos Duques, também estava, uma parte dos estudos é essa. Uma parte dos estudos, não é? São desenhos dos tais PowerPoint que vocês falavam. E neste momento, foi colocada à consideração, sabemos perfeitamente que não há fundos comunitários para este investimento, sabemos que é possível ser feito ou através do Orçamento de Estado ou através duma concessão rodoviária. Não avançou a Via dos Duques, e

nós sabemos porque é que não avançou, por causa da geringonça que não queria que houvesse concessões nas áreas de transportes.-----

--- Esta é a verdade, a razão do atraso foi a sede de poder do partido socialista e nós não podemos ficar agradecidos a quem atrasou este investimento por questões de natureza partidária e por questões de poder.-----

--- Outra questão que me parece importante aqui relevar e por isso é que é fundamental aqui fazer este registo por parte do PSD, é que o Ministro das Infraestruturas de António Costa, Pedro dos Santos, disse em 2018, que estaria concluída, em 2024, a ligação entre Viseu e Santa Comba. Concluída. Estamos a falar em 2025 e obra a começar. E por isso nós temos a certeza de que sabemos quem é que conseguiu começar. Independentemente das decisões, nunca houve financiamento. Nunca houve. Quem garantiu no Orçamento de Estado foi este governo. E está garantido. Isso nós temos a certeza. E a obra avançou e vai ser feita. E por isso, a confiança que nós temos é que vai ser feita porquê? Porque está a acontecer. E nunca aconteceu antes. E como nunca aconteceu, nós não temos factos que nos comprovem a verdade. Aqui nós temos a certeza, sabemos é que houve sempre revogação. Nós não revogamos rigorosamente nada. Chegámos, concretizamos. Coisas que vinham de trás, sim, não perdemos foi tempo. E a isto é que está o reconhecimento feito, não termos perdido tempo. O benefício é para a região.-----

--- E esta moção é de reconhecimento a isso mesmo, o de não perder tempo. E não andar aqui com paternidades, que era o que estava aqui a tentar discutir. E esta busca das paternidades prejudicou à região durante anos e anos a fio. E quem cancelou sempre, quem cancelou em 2005, foi José Sócrates, quem cancelou em 2020 foi António Costa. Esta é a realidade dos factos que nós temos e, com isto, um adiamento. E foi prometido que a duplicação seria integral em 2030 e estamos a começar em 2024 e não sabemos o quê. Sabíamos sim e não é isto que foi dito aqui, não há nenhum compromisso dos outros de duplicação integral ou sobreposta. Quem tinha um compromisso, era de duplicação de oitenta e cinco por cento do traçado, foram os governos do Partido Socialista, foi o Partido Socialista. Nós não assumimos o oitenta e cinco por cento. Nós nunca assumimos o oitenta e cinco por cento. Nós falámos de uma ligação em perfil de autoestrada, Viseu/Coimbra. Integral. Essa questão é uma questão que vamos ver a seguir e vamos lutar pelo não portajado. Lutamos todos, lutamos todos.-----

--- Agora, sabemos é que não se podem fazer omeletes sem ovos. Peço desculpa. A verdade é esta, agora vamos tentar perceber cada coisa no seu tempo. Primeiro, a decisão, segundo, o compromisso. Avançar com o investimento. E depois cá estaremos todos para lutar pelo mesmo. Nós sabemos sempre onde é que vamos ficar. Uma coisa também sabemos. Aqueles que nos iludiram com as scuts, foram aqueles que introduziram as portagens. Foram os mesmos.

Disseram que havia portagem sem custo para o utilizador e depois José Sócrates, quando foi possível, portajou e não tinha alternativa não portajada. E foi este o problema da A25, foi não termos uma alternativa não portajada e quando queríamos sair de Viseu, pagávamos portagens. E isso nós não queremos que aconteça. E se houver alguma situação onde a portagem seja uma solução, queremos ter alternativas não portajadas. Esta é a nossa luta, porque continuamos fiéis aos nossos princípios de utilizador pagador, mas com alternativas. Não é, tomem lá, iludam-se vocês com uma autoestrada sem portagens e quando foi necessário, carrega-lhes e foram os mesmos que vos mentiram, porque depois isto não fica para a frente como garantia futura de que nunca haverá portagens, como não ficou, e tivemos a pagá-las. Mas depois são os mesmos que na conveniência da conjuntura política ou partidária conseguem abolir as portagens, quando já não estão no poder. E por isso, há seriedade aqui nesta proposta de moção. São os princípios que estão aqui. E o princípio duma decisão que favorece a região está aqui e prevalece, e com uma certeza de o estamos a fazer. E que vai acontecer porque damos provas factuais de que as coisas estão a acontecer”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **João Paulo Rebelo**, cuja intervenção se transcreve:” Senhor presidente, não me levará mal, mas eu ia-lhe deixar uma sugestão que me parece também um bom princípio para futuro, porque antevejo, não tendo os tais dotes de adivinho, que possa vir a acontecer. E até recordando aqui, evocando, no fundo, o saudoso autarca Doutor António Joaquim Almeida Henriques, que presidiu à Assembleia Municipal de Viseu e quando intervinha, é certo que muito pouco, mas quando intervinha, porque intervinha sempre pelo menos num ponto, que era no ponto da derrama, pedia à Assembleia de facto para tomar o lugar de deputado, e durante a discussão desse ponto não voltava a assumir os trabalhos. -----

--- Portanto, o Luís Duarte é o Vice-Presidente, acho que pode perfeitamente assumir. Acho que é desde logo mais prático porque se escusamos estar à espera de o senhor Presidente aí chegue para pedir palavra e, portanto, a Assembleia decorre com mais celeridade. E depois também me parece mais correto porque, não lhe estou a vedar o direito evidentemente à intervenção, mas para todos os efeitos, enfim, o Presidente da Assembleia é uma figura que convém manter aqui alguma equidistância para a gestão, obviamente, mais correta dos trabalhos. -----

--- Portanto era uma sugestão que lhe deixava, intervinha, tomava lugar na bancada do PSD, enfim, no final do ponto voltaria a assumir os trabalhos, acho que era, que era melhor. -----

--- Depois também a pedido aqui do meu colega Rui Santos, deixava-lhe os projetos de execução do nó de Souselas, portanto, do segundo troço, não é? Que já estavam prontos. E eu próprio, em 2024, novembro de 2024, eu próprio os vi, e isto aqui tem tentado a passar assim um bocadinho entre os pingos, mas é que eu, é muito curioso, porque na semana passada havia

estes documentos no site das Infraestruturas de Portugal. Na semana passada, nós tivemos uma reunião preparatória, discutimos isto e consultámos justamente no site das Infraestruturas de Portugal. Entretanto, eu por acaso hoje ainda não verifiquei, mas acredito evidentemente no que diz o Rui Santos, pelos vistos já lá não estão. Enfim, talvez não seja um pormenor de somenos importância”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Vítor Figueiredo**, cuja intervenção se transcreve:”. Também era para fazer um ponto de ordem à Mesa porque parece-me que o período de antes da ordem do dia seria uma hora. Nós já vamos em uma hora e quarenta e cinco minutos, ou seja, nem a própria Mesa cumpre aquilo que está no Regimento. E outra coisa que eu diria era que o Regimento também devia ser alterado de forma que cada pessoa pudesse ter um determinado tempo para intervir. Se não, passamos aqui a noite, há mais vida para além destas assembleias. -----

--- E quero dizer aqui para todos, que, independentemente do PS e PSD, eu quero dizer que a culpa do IP3 não estar feito é dos governos do PS e do PSD. Essa é a realidade e escusamos de andar aqui a atirar porrada para um lado e porrada para o outro. E as pessoas que estão lá fora, ninguém nos está aqui a ouvir, não há público, mas a verdade é que as pessoas, é isso que dizem, a culpa é dos governos do PS e do PSD e escusam de vir aqui com moções agora a apoiar o PSD ou o governo do PSD. Ao fim ao cabo, o governo do PSD também tem tantas culpas como o governo do partido socialista”. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Vera Machado**, cuja intervenção se transcreve:”. Também concordo com a questão da alteração do regimento, acho todos que temos também de alterar e faz parte também dentre as nossas competências. -----

--- Eu pedia à mesa, por favor, coloque a moção à votação. Portanto, o PSD vai avançar com a moção. Não foram feitos considerando política ou partidários, não se viu qual foi o partido que mais esteve no governo, porque uns tiveram dezassete, outros tiveram quatro, outros tiveram oito e, portanto, a questão aqui de fundo é, o IP3, é uma realidade, queremos a duplicação do traçado, esta é a forma que nós entendemos para continuar este grande desígnio, que já deu um passo grande, mas nós precisamos de passos gigantes. É só isto”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: “Relativamente às sugestões que aqui me foram feitas por parte dos senhores deputados da Assembleia, do partido socialista, agradeço, tenho um estilo próprio também, saberei fazer o trabalho em função da confiança que me foi dada por esta Assembleia. Naturalmente que as questões formais também acabam por ser importantes neste procedimento.-----

--- Relativamente à questão da gestão do tempo, naturalmente que respeitarei, sendo certo também que não é a primeira vez que o período de antes da hora do dia, que passa da uma hora, das duas horas aqui dentro, é uma questão muito natural e entendemos isto como um espaço de liberdade. Aqui, se for o entendimento da Assembleia que eu corte a palavra a toda a gente, eu passo a cortar com todo o gosto e respeito pelo cumprimento do Regimento. Mas depois a seguir, também, não se podem queixar, da forma como o Presidente conduz os trabalhos, e eu aí serei também muito claro e muito eficaz na gestão dos trabalhos, e eu parece-me que, uma vez, que esta Assembleia só reúne duas vezes por ano, que todo o tempo que a gente dedique aqui a discutir os assuntos de interesse da região é tempo bem empregado. Se há quem não entenda assim, eu também saberei interpretar qual é que é a vontade, é não discutir os assuntos de interesse da região e fá-lo-emos no tempo que estiver disponível no Regimento, se for esse o entendimento. Da minha parte, agradeço uma vez mais a sugestão". -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com 23 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Carlos Cunha**, cuja intervenção se transcreve:" O que nos traz aqui é o IPV e a ausência na região de um curso de medicina. -----

--- O IPV é o motor principal da formação e qualificação superior de toda a nossa região. Assegurar um ensino de excelência e promover a integração dos seus estudantes na vida ativa, constituem dois dos seus principais desígnios, podendo ainda ser considerado como um dos principais agentes de transformação social e tecnológica. O IPV pode ainda ser considerado como o principal elevador social, visto que, a conclusão de um curso superior, em áreas de maior empregabilidade, ainda continua a ser um passaporte para aceder a uma vida profissional com melhor remuneração. -----

--- Nesta intervenção pretendemos refletir sobre os resultados da primeira fase do concurso de acesso ao ensino superior aos cursos de licenciatura do IPV, no ano letivo de 2025/2026.-----

--- Para o ano letivo de 2025/2026, o IPV aumentou o número de vagas de mil trezentos e oitenta e três para mil quatrocentos e três. Na primeira fase de acesso foram preenchidas setecentos e quarenta e três vagas (dez resultantes de regimes especiais), ficando por preencher seiscentas e sessenta e seis vagas. -----

--- Em relação ao ano letivo de 2024/2025, registou-se uma diminuição de duzentos e vinte e sete alunos a entrarem na primeira fase do concurso. -----

--- Assim, em 2025/2026, das mil quatrocentas e três vagas disponibilizadas, foram ocupadas oitocentas e dezassete vagas no final da 3.ª fase de candidatura, o que representa uma ocupação de 58,2%.-----

--- Estrategicamente, os corpos diretivos do IPV optaram por aumentar o número de vagas de acesso, num ano em que se registou uma diminuição nas candidaturas ao ensino superior. ----

--- Enquanto isso, em Vila Real o governo PSD/CDS aprovou, através da A3ES, em novembro de 2025, o Mestrado Integrado em Medicina da UTAD, com um carácter condicional por dois anos, prevendo-se a admissão de quarenta estudantes por ano e funcionando em estreita parceria com a Unidade Local de Saúde de Trás-os-Montes e Alto Douro, segundo informação tornada pública por estas duas entidades. -----

--- A dez de dezembro de 2025, o sr. Ministro da Educação Ciência e Inovação, Fernando Alexandre e a Ministra da Saúde, Ana Paula Martins, deslocaram-se à UTAD para uma reunião referente ao curso de Medicina, à comissão Instaladora e à articulação com ULS- TMAD. -----

--- Aqui chegados, estamos cientes que o governo PSD/CDS está particularmente empenhado em impulsionar um outro território do Interior, Vila Real, enquanto Viseu, apesar de haver um esforço na construção de novos equipamentos na área da Saúde, continua a marcar passo”. ---

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Odete Paiva**, cuja intervenção se transcreve:”. Bem, é assim, de repente eu percebi uma coisa muito simples, é que não deve ter havido grande articulação entre a bancada do PS. -----

--- Devem ter percebido agora porque são necessários equipamentos inovadores no Politécnico de Viseu. Acho que ficou claro. Por outro lado, há aqui uma outra coisa que também parece necessário esclarecer que é, como calcula não preparei a intervenção, é só aquilo que eu estranhei.-----

--- É assim, estamos a confundir Instituto Politécnico com Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. A UTAD é uma Universidade e, portanto, pode ter cursos na área formativa que refere. O Politécnico de Viseu ainda não é, ainda não é uma universidade. -----

--- Por aquilo que foi dito e que foi, enfim, e que esta bancada do PSD está a tentar, é natural que venha a ser. Mas, e aquilo que os senhores tentaram travar ainda há pouco. Portanto, é assim, acho que, um bocadinho mais de coerência, sobretudo nesta área, que é uma área estratégica para o desenvolvimento da região. Eu confesso que estava a ser um bocadinho, a discussão que estava a acontecer, estava-me a deixar assim um bocadinho sonolenta até, porque, quer dizer, pronto, é mais do mesmo. Assim, de repente, falaram de coisas muito sérias de uma forma muito leviana. Confesso que me deixou bastante incomodada, no sentido em que estão a pôr em causa um trabalho que tem estado a ser feito. A Escola Superior de Saúde é uma

escola de referência a nível nacional, e o Instituto Politécnico de Viseu e esta Escola que o integra, são das melhores do país nesta área, há pouco acabaram de achar que um equipamento era absolutamente desnecessário e que era uma forma de onerar aquilo que eram os municípios, em vez de qualificar aquilo que é o nosso Instituto Politécnico e a nossa capacidade de resposta para, na próxima vez, nós estarmos na linha da frente para podermos ter esses cursos e podermos abrir cursos novos. -----

--- Mas uma outra questão ainda que, eu julgo que é importante esclarecer, é que é preciso, não é só massa crítica, é preciso formação. Como sabem, os professores e um professor com um doutoramento para poder estar nestas áreas, não se forma de um dia para o outro. -----

--- E se nós tivermos ideia e se eles souberem que não há disponibilidade de equipamentos, que não há disponibilidade de financiamentos e que não há uma vocação regional para os apoiar, assim, com certeza não quererão vir para Viseu, não quererão integrar uma estrutura como o Politécnico de Viseu ou uma Escola Superior de Saúde do Politécnico de Viseu. -----

--- Portanto, assim julgo que, quando fazemos estas acusações, temos de ter a noção que a Universidade de Trás-os-Montes está a fazer um caminho e tinha condições, nós com o mal, não é o mal dos outros, é nós ainda não conseguimos, mas temos de trabalhar para isso”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Vítor Figueiredo**, cuja intervenção se transcreve:” Cara Odete, se quando há pouco falastes em que os valores eram desnecessários para saúde, faz referência à minha intervenção, não foi nada disso que eu disse. Eu não estou a dizer que era desnecessário, não foi isso que eu disse. Agora, não podemos é onerar os municípios com despesas que competem ao Estado. Nunca disse que eram desnecessários, completamente diferente”. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: “Eu senti necessidade de pedir a palavra porque, à semelhança do que a nossa colega, Doutora Odete veio aqui transmitir, parece que estamos a falar linguagens distintas em função do momento e da oportunidade da intervenção. -----

--- Eu corroboro parcialmente com a intervenção do nosso colega Carlos Cunha. Eu subscrevo a grande maioria das suas preocupações em relação ao Instituto Politécnico, porque é uma infraestrutura de resposta educativa, sobejamente importante para a nossa região- É uma infraestrutura física e de recursos humanos que contribui para a coesão territorial de toda a nossa região, que deve merecer toda a nossa consideração e respeito e como é que a sua intervenção vem agora aqui, trazer isso à coação, e há pouco tempo eu própria também o referenciava e pedia a intervenção dessa infraestrutura com outras de elevado significado que contribuem igualmente para a coesão territorial, e ela só será atrativa se tiver todo este

contributo de todas as outras sinergias da região. E como é que há pouco, vocês votam contra uma moção que contemplava exatamente a concertação dessas energias, em algo que contribui para o desenvolvimento curricular, académico, científico e de inovação, e agora traz uma apresentação desta natureza. Eu concordo com a doutora Odete. Vamos ter maior coerência e vamos ter mais cuidado.-----

--- Ainda bem que não é uma moção, porque isso seria muito desagradável, como é que se interpretaria? Portanto, considero manifestamente lamentável. Não a sua intervenção, porque ela é de significado, é de importância, deve merecer toda a nosso respeito e consideração, o nosso contributo político e como eleitos locais deve ter a sua consideração em mente. Mas não podemos é preterir outras intervenções com o mesmo objetivo, com o mesmo significado, como foi a que eu, há pouco, apresentei e que mereceu o vosso voto contra.-----

--- Era bom recordarmos, Correia de Campos, e a sua intervenção quanto à razões que levaram a Universidade de Medicina para a Covilhã e não ficou em Viseu. Já tive a oportunidade, em sede da Assembleia Municipal recordar os textos, no seu livro, sob as suas justificações, para que a memória política de todos nós soubesse dessas causas. E lamentavelmente podíamos ter cá hoje a Universidade de Medicina e não temos”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **António Luís**, cuja intervenção se transcreve:”. Apenas para partilhar algum conhecimento pessoal, não fazendo de advogado de defesa do Senhor Ministro. Posso afirmar, por conversa pessoal que tive com o Senhor Ministro, na qual mencionou todos os benefícios que estão neste momento a ser constatados com essa parceria ou esse investimento, se quisermos, que aconteceu na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e, neste caso concreto, no distrito de Vila Real. Não se trata de decisões de carácter partidário, conforme pareceu quererem fazer transparecer. É efetivamente uma estratégia nacional. O senhor Ministro destacou este bom exemplo e deixou absolutamente claro que era uma estratégia nacional. Por isso, chegados aqui, acho que é o momento de nos unirmos todos, todas as instituições, todas as entidades, independentemente do setor que em cada uma está, para darmos os passos necessários e apresentarmos também o nosso projeto e ele poder vir a ser contemplado, porque beneficiaremos todos. Mas é, de facto, uma estratégia nacional, não é uma estratégia sectária”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Carlos Cunha**, cuja intervenção se transcreve:”. Vamos tentar aqui pôr alguma clareza nos assuntos e esclarecer aqui as coisas para que ninguém fique sonolento e para que não fiquem dúvidas no ar. É claro que aqui ninguém quer tirar o mérito e a capacidade de desenvolvimento que o Instituto Politécnico tem para a nossa região. Todos nós sabemos que é intenção do Governo pagar salários médios, na ordem dos três mil

euros e subir o salário mínimo para mil e quinhentos ou mil e seiscentos euros, nós todos estamos de acordo. Para isso, é preciso formar os técnicos, é preciso que os cursos do Instituto Politécnico sejam ocupados e quanto mais forem ocupados, melhor é para todos nós e para a nossa região. Esse desenvolvimento é cá preciso, essa diferenciação é cá precisa. Portanto, aqui ninguém está a pôr em causa o trabalho que o Politécnico tem. Agora, aqui uma coisa em que que tocaram e que foi particularmente ali a doutora Odete, e muito bem, é a questão da elevação e de trabalharmos para que futuramente seja uma Universidade Politécnica ou uma Universidade que venha a ser. E acho que a cidade e a região só têm a ganhar com isso, e que Viseu venha a ter a valência do curso de medicina, todos nós ficamos a ganhar com isso. Quem é que não quer um curso de medicina? Eu quero, eu não tenho qualquer problema que o curso de medicina esteja em Vila Real ou tenha ido para a Covilhã. Agora, eu também quero que chegue a Viseu. E se estão a ser feitos investimentos importantes na área de saúde cá em Viseu, portanto, é tempo de nós também termos essa valência universitária futuramente, até porque faltam médicos em Portugal, não é? É do senso comum que faltam médicos em Portugal. Se nós estamos a melhorar ao nível das infraestruturas de saúde, portanto, chegou o tempo também de fazermos essa batalha e lutarmos por isso”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: “Eu acompanho as questões do ensino superior na Assembleia da República. Esta matéria acho que vai reunir consenso, o que estamos aqui a falar da universidade pública, mas não podemos avançar com rigorosamente nada enquanto não aprovarmos o regime jurídico, o novo regime jurídico das instituições de ensino superior, que vai permitir, por um lado, passar o Instituto Politécnico a Universidade Técnica, e depois, a partir daí, nós não deixamos de ter o ensino politécnico dentro desta universidade, para termos o ensino universitário dentro da universidade politécnica é necessário um outro conjunto de procedimentos. -----

--- E nesse propósito, eu sei, porque é do conhecimento público, que a direção do Instituto Politécnico já está a trabalhar na possibilidade de podermos ter ensino universitário dentro da Universidade Politécnica que não deixa de ser binário, ou seja, de ter neste momento nos seus graus apenas a capacidade de fazer licenciaturas e mestrados de âmbito politécnico. E por isso mesmo, é só para dizer que acho que há sintonia no propósito, há aqui um caminho que temos de fazer ainda do ponto de vista do país e eu espero que até junho esse caminho seja feito e que depois esta discussão aqui tenhamos seja ainda mais profícua e acho que estamos todos do mesmo lado”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Vítor Figueiredo**, cuja intervenção se transcreve: " Senhor Presidente, parece que agora é moda fazer intervenções da Mesa, pensava que as intervenções eram aqui e, ao fim ao cabo, está a defender, parece estar a defender o Governo. Quer dizer, o senhor deve estar aqui enquanto Presidente desta Assembleia e governar na Assembleia. Se efetivamente quer ser porta-voz do Governo, e se quer fazer intervenções, acho que deviam ser neste sítio e não aí". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, **Pedro Alves**, cuja intervenção se transcreve: "Eu agradeço, acho que não ouviu a minha intervenção, eu decidi concluir este ponto de ordem e intervir a partir da Mesa no sentido de dar um esclarecimento adicional à discussão que tinha sido feita e não tem a ver com o Governo. É um processo que está de correr na Assembleia da República de entendimento entre os grupos parlamentares para que haja uma alteração ao regime jurídico das instituições de ensino superior, sem o qual não é possível termos ensino universitário em Viseu. -----

--- Foi só isto. Não foi mais nada, é uma discussão inócua se não houver um regime jurídico novo, é só isto. Foi uma informação adicional que dei à discussão. Não tomei partido de rigorosamente coisa alguma. Foi só para concluirmos, para todos termos consciência do ponto onde nós nos encontramos da discussão que podemos ter e quando é que ela pode acontecer. Foi só isto, foi ajudar a Assembleia a enquadrar essa discussão. Não foi outra razão, não tive aqui a tomar a posição de quem quer que seja, do que é que eu defendo ou deixo defender. Mas fá-lo-ei quando tiver de o fazer e não me escondo". -----

--- Período de Antes da Ordem do Dia -----

--- **Quanto ao primeiro ponto do período de antes da ordem do Dia** – Aprovação da ata da sessão ordinária realizada a 24/04/2025 -----

--- Em face da ausência de inscrições, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 19 deputados presentes.-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Pedro Alves, que verificando a inexistência de mais pedidos de intervenção deu por encerrado o Período de Antes da Ordem do Dia.-----

--- Período da Ordem do Dia -----

--- **Quanto ao primeiro ponto da ordem de trabalhos:** Eleição do Secretariado Executivo Intermunicipal, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões, conjugado com a alínea c) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. ----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal **João Azevedo**, cuja intervenção se transcreve: "E neste ponto da ordem do dia, que é a eleição do Secretariado

Executivo Intermunicipal, propomos o nome do Dr. Nuno Martinho, que todos conhecem, uma pessoa que tem uma longa experiência na função e que nos dá naturalmente garantias de qualidade, sucesso, experiência e responsabilidade e honestidade no cargo que vai representar”. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: A bancada do PSD congratula-se com a sugestão da CIM para a nomeação do Secretário Executivo, o Dr. Nuno Martinho. De facto, ele está nestas funções já desde 2008 e tal revela conhecimento, destreza, imparcialidade, rigor, dedicação da coordenação daquilo que tem sido a ação estratégica da CIM, em inúmeros projetos de significado para região, quer seja no desenvolvimento regional, na cooperação intermunicipal, na mobilidade, na cultura, na educação, no ambiente, na inovação social, na proteção civil, entre tantas outras áreas em que a CIM tem vindo a desenvolver trabalhos de elevado significado. -----

--- Tem também um currículo sobejamente eficiente e que de se deve orgulhar ele próprio e nós também, porque não só em termos pessoais e das suas características, mas também a sua capacidade profissional e competências académicas demonstram que é a pessoa certa para o lugar certo, não só pela sua formação académica na área da gestão das empresas, mas também na sua formação complementar, que desenvolveu não só na CIM, mas também na Associação dos Municípios da Região Dão Lafões, e anteriormente no Hospital Cândido Figueiredo, e antes mesmo disso também, em empresas de diversos setores empresariais do setor privado. -----

--- Congratulamo-nos com a escolha, desejamos as máximas felicidades, na certeza de que com ele, com isenção e imparcialidade, colaborará com todos os municípios naquilo que são os interesses comuns a toda esta região”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Vítor Figueiredo**, cuja intervenção se transcreve:” Queria dizer que trabalhei com o Dr. Nuno Martinho ao longo de doze anos e quero dizer que o Nuno Martinho foi completamente imparcial, foi uma pessoa que olhou para todos os municípios da mesma forma e que com ele a região tem tudo a ganhar e da forma imparcial como trabalha, faz com que efetivamente todas as câmaras municipais e todos os municípios possam efetivamente desenvolver-se da mesma forma”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com 39 votos a favor e dois votos contra. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho**, cuja intervenção se transcreve:”. Naturalmente, para agradecer a renovação da confiança e dizer-vos que passados

estes anos todos obviamente continuo com a mesma motivação, com a mesma ambição para trabalhar para a região, para a Comunidade Intermunicipal, para os catorze municípios, porque os desafios da região são sempre diferentes e são cada vez mais aliciantes. -----

--- Dizer-vos também que nestes próximos quatro anos são muitos os desafios. Para dois mil e dezasseis temos já matérias muito importantes como é habitação, como é a mobilidade, como é os transportes. E temos nestes quatro anos, um desafio enorme, quando temos um envelope financeiro de mais de cento e dezoito milhões de euros para gerir na região, um grande desafio de executar o Portugal 2030 e também, obviamente, por outro lado prepararmos, e vai ser durante esses quatro anos, prepararmos também a região daquilo que vai ser o novo quadro financeiro plurianual, e o novo quadro financeiro plurianual, também é bom dizer, e da discussão que estão neste momento, existe de facto uma grande articulação entre todos os órgãos da Comunidade Intermunicipal, o Secretariado Executivo, o Conselho e a Assembleia porque aquilo que neste momento se está a discutir poderá também eventualmente pôr em causa e ser antítese daquilo que é a coesão territorial. -----

--- Dizer-vos também que iremos continuar a privilegiar aquilo que é o ADN desta Comunidade Intermunicipal, que é a governança multinível, é o trabalho de organizar o território com todos os atores, sejam eles públicos, sejam eles privados, para fundamentalmente trabalharmos sempre, numa lógica de complementaridade, de facilitadores desse trabalho e nunca numa lógica de sobreposição. -----

--- Dizer-vos que é um orgulho enorme continuar a trabalhar para a região e para os municípios”.

--- **Quanto ao segundo ponto da ordem de trabalhos:** Análise e discussão da informação escrita do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, relativa às atividades desenvolvidas pela CIM entre o dia 24 de abril e o dia 18 de novembro de 2025, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal **João Azevedo**, cuja intervenção se transcreve: “Neste ponto, vou falar daquele que é o ponto mais importante ou pelo menos o ponto que esteve mais em debate e até porque também foram feitas algumas referências à nossa intervenção relativamente àquilo que foi o processo, ao que é o processo do IP 3. -----

Quanto ao resto, dizer-vos que a informação foi distribuída e, portanto, naturalmente, por razões óbvias, que esta informação vem de trás e, portanto, está descrita nos documentos que foram enviados.-----

--- Há cerca de três semanas, o Senhor Ministro das infraestruturas e o Senhor Ministro da Presidência, vieram a Viseu, reuniram com todos os autarcas da Comunidade Intermunicipal.

Reuniram também nesse dia com todos os autarcas da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, com os dirigentes das Infraestruturas de Portugal, e, depois de alguma reflexão, discussão, e de apresentação nesse período com aquilo que era a informação que a IP tinha, foi-nos transmitido que até ao dia quinze de dezembro, a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões tinha que, ou devia, tomar uma posição sobre duas opções.-----

---O cenário 2A e o cenário 2B. Depois de ter terminado aquela reunião, fizemos algumas reuniões técnicas com a equipa que acompanha este processo desde 2018. -----

---E, hoje à tarde, na reunião do executivo da Comunidade Intermunicipal, aprovámos por unanimidade a opção do cenário 2A.-----.

---E eu lanço-vos um desafio agora porque eu quero ser o mais pragmático possível, o mais prático possível. Respeito naturalmente toda a discussão política com os argumentos de todos aqueles que intervieram neste fórum, mas deixem-me vos dizer aquilo que aconteceu e lanço o desafio de fazermos uma viagem virtual de carro.-----

--- E certamente que é a forma mais fácil de explicar o cenário 2A. Nós saímos de Viseu, vamos até Santa Comba Dão, até Treixedo, e estamos a percorrer uma estrada que está a ter intervenção, duplicação das duas faixas, ou seja, quatro faixas, numa extensão de cerca de vinte e sete quilómetros de extensão, certamente vinte e sete. -----

--- Uma obra na ordem dos cem milhões de euros, paga pelo Orçamento de Estado.-----

--- Depois chegamos a esse momento e no cenário 2A, vamos continuar a andar no IP3. -----

--- E o troço que liga essa zona de Santa Comba Dão até à Lagoa Azul, tem duas faixas de um lado e duas faixas de outro. Depois da Lagoa Azul ou, é por isso que eu estou aqui a referir uma segunda possibilidade, numa variante entre Rojão Grande ou na Lagoa Azul, mediante o engate da estrada até Penacova, pode haver ou não variante. No cenário 2A, há variante. No entanto, no troço que liga Lagoa Azul a Penacova, há intervenção proposta para a melhoria das condições de circulação, uma intervenção menos robusta, mas utilizando aquilo que já está feito. Depois, continuamos na viagem, de Penacova a Souselas, Penacova a Coimbra, continuamos a fazer a viagem, dezasseis quilómetros, em dupla via dum lado e do outro, perfil de autoestrada dum lado e do outro. Chegamos a Coimbra em autoestrada. -----

--- Ou seja, o cenário 2A contempla o projeto inicial de 2018, que é a duplicação das duas faixas de um lado e de outro em cerca de oitenta e cinco por cento do traçado, com cerca de dez por cento de 2/1 ou 1/2, ou onze por cento ou doze por cento e depois três por cento de 1/1 que afeta as pontes e aquela ligação que está entre a Lagoa Azul e Penacova.-----

--- Nesta solução do cenário 2A, há, então, essa variante que está a fazer-se, que não existe ainda nenhum projeto, não existe ainda nada, mas que está perspeticada para sair entre a Lagoa Azul e Penacova, quem vai de Viseu para Coimbra à esquerda, ou do, Rojão Grande, a Penacova.

--- E, portanto, há essas duas possibilidades. -----

--- Portanto, foi essa a opção que a Comunidade Intermunicipal tomou durante esta tarde. E porquê? Três ou quatro argumentos fundamentais. O primeiro, rapidez de execução, maturidade dos projetos e, sabendo nós que podemos não ter por esperar, por recap, pelo estudo de impacto ambiental, que se entrarmos nessa solução alternativa que é o plano 2B, certamente que este atraso será maior para a região. -----

--- Esta é a decisão que foi tomada para melhorar a nossa acessibilidade, para combater a sinistralidade, e há uma coisa que eu vos quero garantir, todos os autarcas tiveram como preocupação que esta obra fosse feita o mais rapidamente possível e que garantisse a segurança de quem utiliza aquela estrada. -----

--- Portanto, foi esta a tomada de decisão, é aquilo que nós vamos enviar para o Senhor Ministro das Infraestruturas no dia de hoje, não sei se já saiu, senão, a informação que foi produzida na Comunidade Intermunicipal. -----

--- E, portanto, aquilo que nós queremos é que aconteça desta maneira. Dito isto, o Senhor Ministro das Infraestruturas, o que nos transmitiu é que esta não tem de ser a decisão tomada pelo Governo. -----

--- Esta é uma posição política da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão e não tem de estar a determinar aquilo que o Governo tem de decidir. -----

--- Depois há o plano 2B, e de uma forma muito rápida, qual é a grande diferença? Se existisse uma variante entre o pós Penacova, que não sabem onde é, porque isto é uma carta em branco, um documento em branco, portanto, é preciso também terem noção de que nós estamos a falar nisto com algumas indicações onde não temos nenhuma certeza, porque nos foi dada essa certeza. -----

--- No pós Penacova, há uma variante à esquerda em direção à A13/ A1, portanto, que engata na entrada a sul de Coimbra, e sendo uma obra mais, que obriga ao investimento de capital maior, não há requalificação em dois mais dois da ligação do engate de Penacova até Souselas. Ou seja, há uma derivação à esquerda e o eixo que nós conhecemos há décadas fica na mesma.

--- Portanto, é esta a grande alteração, esta grande alteração naturalmente de um plano para o cenário 2A para o cenário 2B. -----

--- Ou seja, são estes os dois cenários e naturalmente que a Comunidade Intermunicipal, na sua reunião, por unanimidade, decidiu, e na nossa opinião muito bem, que este fosse o cenário apontado para o governo.-----

--- O primeiro, o cenário 2A aponta para 2030 e o cenário 2B aponta para 2035. Portanto, estamos a falar duma diferença de 5 anos. Todos bem sabemos que com a dilatação dos prazos, com eventuais constrangimentos, com eventuais problemas de declarações de impacto ambiental, podemos arrastar por muitos mais anos. -----

E, portanto, há uma coisa que vos quer dizer, nós todos, em conjunto, devemos prestar o serviço, dizer que é esta opção e uma opção que faz com que nós fiquemos responsabilizados por aquilo que foi uma decisão colegial da nossa região”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve:”. Uma referência especial ao senhor Secretário Executivo, quero felicitar por ter sido eleito, era absolutamente esperado, por várias razões, e sobretudo também felicitá-lo porque, para aqueles que não sabem é natural, por razões de natureza pessoal com a família, pai e mãe, oficiais do mesmo ofício e companheiros, conheço o nosso Secretário Executivo desde que ele era muito pequenino. Portanto, conhecemo-nos dessa altura. E, portanto, ele sabe bem a minha consideração por ele e desde o princípio que ele acompanhou essa situação.-----

--- Devo já dizer, como de costume, nós temos um relatório da atividade da estrutura técnica, que é bem elaborado, exaustivo, e que transmite aquilo que foi a atividade da estrutura e percebe-se, como já há pouco aliás aqui referi, que num período de transição aquilo que é o relatório de atividades seja essencialmente o relatório da estrutura, que de facto é bastante substantivo e nos dá muito boas informações. -----

--- Nesse sentido, há um quadro logo no início, eu penso que os senhores deputados como eu, se deram ao cuidado de ler o relatório, há um quadro logo no início que faz uma espécie de distribuição dos recursos da ITI, os cento e dezoito milhões de euros que já aqui foram operados, por diversos tipos de atividades. Mas eu pretendo, como ele sabe, e aliás não só ele, pretendo ir mais além porque, para mim, considero que é um problema de transparência e é um direito que nos permite melhor desempenhar as nossas funções aqui. O que eu gostaria de saber, e tenho aqui um requerimento dirigido ao senhor Presidente da Mesa nesse sentido, é como é que se faz, e julgo que houve, já ouvi. referir duas vezes, a distribuição em plafond’s previsionais para cada município.-----

--- Isso, para além da transparência, é uma questão essencial para nós analisarmos a possível coerência pela equidade dentro do território da Comunidade. É sobre isso que se fazem juízos.

Eu não sei se o Senhor Presidente quer, mas eu posso ler o requerimento, é um requerimento de informações nesse sentido.-----

--- E, portanto, diz assim, “Eu, Rui Alberto Nunes dos Santos, membro desta Assembleia, venho requerer para permitir o bom desempenho das suas funções no exercício de mandato que os eleitores lhe confiaram e também para o reforço da transparência do funcionamento e da utilização dos financiamentos dos fundos públicos comunitários, nomeadamente os que respondem à ITI desta CIM, vem requerer através da Mesa desta Assembleia a que preside, que lhe sejam fornecidas as seguintes informações:-----

--- Foram definidos plafond’s previsionais, de dotação, por cada um dos municípios que integram a CIM Viseu Dão Lafões, a partir da dotação da ITI.-----

--- Se assim foi, quais foram os critérios gerais que serviram de base ou dimensionamento destes plafond’s? -----

--- Se foi acordado esse plafonamento, suscita-se que seja fornecido um quadro com a sua distribuição prevista para cada um dos catorze municípios. -----

--- Há projetos considerados de interesse global acima serem financiados pelo ITI?-----

--- Se sim, quais e que montantes lhe correspondem? -----

--- Este requerimento é ao abrigo da Lei nº 75 e 79.-----

--- Portanto, eu deixo isto, já entregue ao senhor Presidente. -----

--- A outra questão, não é uma questão de estar a voltar ao tema, as explicações do senhor Presidente do Conselho Intermunicipal é com certeza aquelas que ele pode dar. -----

--- A CIM seguiu a sua orientação, não tenho nada contra, é uma opção que tem de fazer, nem somos nós. -----

--- Nós até somos uma Assembleia ratificativa, o único ponto onde tem alguma discussão de opções até o período antes da ordem do dia, aquilo que são opções estratégicas não são competência desta Assembleia, são competências do Conselho Intermunicipal.-----

--- É o que está na nossa lei, mal para mim, é a altura de começarem a pensar nisso, até porque se anunciam aí revisões na legislação de enquadramento para eleição e com certeza na organização e estruturação dos órgãos autárquicos, mas é assim. -----

--- O que eu queria dizer é isto, essas opções foram tomadas, eu acho que toda a gente deve ter o máximo de informação possível. Portanto, aquilo que eu queria aqui era perguntar ao senhor Presidente da Mesa se porventura está disponível para distribuir por todos um conjunto de documentos sobre os estudos que estavam feitos, sobretudo por causa das questões de impacto ambiental, é que é isso que vai condicionar os traçados que vão ser escolhidos. -----

---O senhor Presidente do Conselho Intermunicipal referiu agora aqui um traçado específico, que é Penacova até à A13, que depois irá sair por Condeixa e não, com certeza, pelo acesso de Taveiro. Bom, é por aquele lado, é esse o caminho, há uma parte da A13 que está feita, não é? É o caminho normal que vem por aí. Por exemplo, um dos problemas que se põe a esse traçado de Penacova até à A13, é exatamente os problemas de impacto ambiental, severíssimos, que aliás se puseram já agora, para além de eu ter feito por razões específicas durante seis anos todos os dias da semana, mesmo às vezes ao sábado e ao domingo, salvo raras exceções e pequenos períodos de férias, o troço do IP3, Viseu/Coimbra, Coimbra/Viseu, e conhecer bem o traçado e conhecer as outras estradas todas, felizmente que fizeram aquele, mesmo com todos defeitos, porque eu sou do tempo em que se fazia o caminho pelo Luso ou pela estrada de Penacova, que é a N2 e depois uma parte não é, e portanto fiz isso muitas centenas de vezes e sei o que é que significava fazer o trânsito por aí. Mas de qualquer modo, quando comecei a fazer o IP3, o IP3 ainda tinha piso de cimento, havia zonas onde hoje há três faixas, onde não havia, etc. Certo, sofreu muitas correções. Mas, a questão, portanto, é esta, eu conheço muito bem o IP3 e sei o que está à volta disto.-----

--- Por isso eu acho que seria bom que nós tivéssemos a noção dos problemas que podem surgir depois com a definição dos traçados e o impacto que isso vai ter no prolongamento destas obras.

--- Aquilo que eu perguntava ao senhor Presidente é se eu lhe mandar todos os estudos que há feitos para estes diversos tratados que eu tenho arquivados e projetos, não são só estudos, é estudos e projetos de engenharia e estudos de impacto ambiental que estão concluídos, se os distribui a todos os membros da Assembleia. Se estiver disponível para isso, eu envio". -----

--- **Quanto ao terceiro ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da 2.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2025, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 84º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho**, cuja intervenção se transcreve:”. Relativamente à proposta da revisão orçamental, dar nota que a proposta que apresentamos à Assembleia juntou na documentação exatamente uma memória justificativa dessas mesmas propostas de alteração da revisão orçamental. -----

--- Basicamente são propostas que têm muito a ver, a CIM trabalha muito na lógica dos projetos, muito na lógica dos projetos também financiados por fundos comunitários, portanto muitas vezes também obviamente dependendo essas dotações daquilo que é a execução física e financeira dos projetos, mas também por outro lado aquilo que são as aprovações e a data das aprovações e depois todo aquele processo que sabemos que acontece nas CIM's, como

acontece obviamente no setor público e nas câmaras municipais, todas as questões relativas também à contratação pública.-----

--- Portanto, as grandes alterações que fazemos e a mexida nas rubricas que estão exatamente explicitadas num quadro o que é que se altera em cada uma das GOP's, é exatamente fruto destas reprogramações físicas e temporais que tivemos que fazer a muitos dos projetos e depois por outro lado, também uma alteração significativa que tem a ver com o domínio da mobilidade e dos transportes, fundamentalmente no grosso de duas questões, uma que tem a ver com o programa de apoio à redução tarifária que estava estimado até ao final ao final e que em função da nova operação de Serviço Público de Transportes de Passageiros, ela acabou o PART em junho e também por outro lado que a operação de Serviço Público de Transporte de Passageiros estava inicialmente decidida avançar em abril e houve também a decisão política e técnica de começarmos só a operação em julho de 2025 para não colidir esta migração do operador de transporte exatamente numa altura de meio dum período escolar.-----

E, portanto, são estas as propostas, estão detalhadas na memória que juntamos aos senhores deputados na documentação".-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 42 deputados presentes.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- **Quanto ao quarto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal, para o exercício económico de 2026, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea c) do n.º 1 do artigo 23º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho**, cuja intervenção se transcreve: "Relativamente a este ponto, a proposta que trazemos de mapa pessoal é, salvo um pequeno ajustamento, é exatamente também uma proposta de mapa pessoal que foi aprovado, a alteração em abril de 2025, na última reunião da Assembleia Intermunicipal e é fundamentalmente fruto dos trabalhos, das competências, da dimensão de trabalho da CIM, com obviamente um aumento que precisamos de ter nos recursos humanos, nas áreas técnicas, que continuamos também, ainda deficitários, tendo em conta as competências e o trabalho que também fazemos diariamente e portanto é para fazer exatamente esse ajustamento e procedimentos concursais que já estão a decorrer na CIM".-----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 42 deputados presentes.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- **Quanto ao quinto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de Orçamento e Plano de Atividades para o exercício económico de 2026, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e na alínea b) do artigo 15º dos Estatutos da CIM Viseu Dão Lafões.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho**, cuja intervenção se transcreve: “Vou fazer só algumas considerações relativamente à proposta do plano de atividades e orçamento, até porque o documento tem uma memória justificativa e é também muito detalhado relativamente à grande parte da proposta que nós apresentamos aqui aos senhores deputados. -----

--- Dar nota daquela questão, que eu disse há pouco, até na minha intervenção após a tomada de posse, a CIM privilegia de facto muito o trabalho com o território, o trabalho com a região, sempre numa lógica de complementaridade e não numa lógica de sobreposição, tentando sempre alavancagem das intervenções, aquilo que nós designamos de governança multinível. -

--- É assim que nós vemos a Comunidade Intermunicipal atuar como facilitador junto dos seus municípios, mas havendo uma governança multinível do território.-----

--- É assim que fazemos no turismo, fazemos na cultura, fazemos na mobilidade, que fazemos nos transportes, que fazemos na rede da coesão social, no sentido de ouvir e auscultar o território desde logo na fase da concessão dos projetos, porque é um fator crítico, o sucesso depois nos resultados mais à frente e depois também, num segundo momento no acompanhamento da execução.-----

--- E, portanto, vou passar rapidamente algumas áreas que são estratégicas da Comunidade Intermunicipal que são projetos plurianuais que vão decorrendo no tempo. -----

--- A área da mobilidade e dos transportes, hoje é uma das áreas nevrálgicas da CIM, uma área que no nosso ver, é uma área que é decisiva para a coesão social e territorial da nossa região. Nós temos feito um trabalho sustentado, organizado, com os catorze municípios, em termos mais e melhor mobilidade na região.-----

--- Hoje temos um Serviço Público de Transporte de Passageiros que começou a operação no dia um de julho, temos de facto mais e melhores serviços de mobilidade no território, temos uma rede de transportes com mais capilaridade nos catorze concelhos, mas ainda há muito para fazer na mobilidade da nossa região.-----

--- Nessa perspetiva temos dado passos em frente, desde logo em toda a operação, mas sabemos bem daquilo que temos de fazer no futuro. -----

--- E relativamente a isso dar dois ou três projetos, que vamos já começamos a iniciar, nós estamos a fazer uma remodelação total dos abrigos e das paragens nos catorze municípios. ---

--- Estamos também a iniciar projetos em que vamos lançar pequenas ligações entre sedes de concelho que vamos chamar carreiras expressos, mais rápidas entre as sedes dos concelhos, e vamos também iniciar um trabalho de análise com os grandes empregadores da região, juntamente também com os nossos municípios, com as associações de trabalhadores das grandes empresas para termos ligações às zonas industriais do nosso território. ---

--- Paralelamente a isso temos um projeto bandeira que é o projeto IR e VIR, que é um serviço público de transporte de passageiros que funciona com base no táxi e é um serviço que hoje permite a ligação entre aldeia, lugar, sede do concelho, permite a ligação entre sedes de concelho, permite a ligação ao comboio, à linha da Beira Alta, ao intercidades que permite a ligação à carreira aérea no Aeródromo de Viseu e que hoje é um projeto que se afirma de facto como importante para a coesão social do nosso território. ---

--- Só para termos uma ideia, nós quando reduzimos a carreira pública por força do período do das férias, nós transportamos mais de cento e cinquenta passageiros por dia em táxi, a mobilizar mais de cinquenta táxis por dia. ---

--- Isto fala muito da expressão que hoje tem o serviço de transporte IR e VIR. ---

--- Curiosamente foi um projeto que foi considerado uma boa prática europeia por dois programas, o programa Ubat e o programa Interreg e vamos inclusivamente instalar este projeto noutras regiões ultraperiféricas da Europa, como a Grécia e outras, que temos agora um projeto aprovado. ---

--- Portanto, relativamente à mobilidade, uma área estratégica e que estamos a fazer este trabalho diariamente. ---

--- Outra área muito importante, a proteção civil e a defesa da nossa floresta. ---

--- É um trabalho que temos vindo a fazer com os gabinetes técnico florestais das câmaras, com os serviços municipais de proteção civil, com a Autoridade de Emergência e Proteção Civil, também com o ICNF, sempre aqui numa lógica de projetos complementares àquilo que já estão hoje no terreno a desenvolver por estas entidades. ---

--- Temos uma grande capacidade de atração e uma grande capacidade de conseguirmos captar recursos financeiros para o nosso território. Nós neste momento temos na área das alterações climáticas, da defesa da floresta, da resiliência da floresta, mais de seis projetos europeus a decorrer, de boas práticas, muitos desses projetos também premiados e projetos que são fundamentais para áreas nevrálgicas como é a questão do fogo controlado, como é a questão da silvo pastorícia e o fogo controlado que fazemos no território e que fazemos com os nossos

municípios, já nos deu, já avaliámos de facto os resultados que têm porque nos incêndios de setembro de 2024 foram muito importantes em zonas de contenção para evitarem o contágio por exemplo, no grande incêndio que houve em São Pedro do Sul. -----

--- E, portanto, na área da proteção civil, da defesa da floresta e da questão das alterações climáticas, um trabalho também sustentado que temos vindo a fazer. -----

--- No domínio da educação, temos vários projetos nas escolas, projetos de sucesso educativo, temos uma rede intermunicipal de educação, como disse há pouco, a plataforma de cooperação institucional, onde com as direções dos agrupamentos de escolas com os vereadores da educação, desenhamos projetos educativos, de sucesso educativo nas nossas escolas. -----

--- São muitos, desde a área da literacia alimentar, da literacia ambiental, da literacia financeira, temos o nosso autocarro móvel das ciências que percorre todas as escolas da região e fazemos isto com as direções das escolas, projetos no contexto de sala de aula, porque entendemos que só assim é que os projetos educativos fazem sentido. -----

--- Fazemos o reordenamento da rede de cursos profissionais e terminámos no ano 2025, um trabalho que entendemos, reputamos de essencial que é o SANQ que é o sistema de antecipação das necessidades de qualificação, que é exatamente para avaliarmos ou fazemos a elencação entre aquilo que são a rede de cursos profissionais ou as ofertas formativas das nossas escolas, fazendo o devido ajustamento com aquilo que é as necessidades das nossas empresas e as necessidades do nosso tecido empresarial, seja ele do terceiro setor, seja ele das escolas e, portanto, um trabalho que foi feito também com o nosso território. -----

--- Temos vários projetos também ligado à questão dos territórios e das cidades e das regiões inteligentes, ligados a projetos da SMARTREGION, com um projeto que estamos agora a implementar no domínio do PRR de mais de 1,7 milhões de euros, onde estamos a construir um edifício com vários verticais, em áreas nevrálgicas ligadas à data science, à ciência dos dados, à combinação cruzada entre esses dados que permite a sensorização do território e por outro lado dar informação muito importante à tomada de decisão dos presidentes de câmara e dos executivos municipais. -----

--- O turismo, temos vindo a fazer um trabalho muito sustentado, ao longo dos muitos anos, a trabalhar os produtos turísticos de base intermunicipal, a gastronomia, vinhos, enoturismo, a saúde e o bem-estar, o turismo, a cultura e os eventos. -----

--- Também o nosso turismo natureza onde temos o nosso ponto a Ecopista do Dão e a Ecopista do Voga e dizemos que estamos a viver um bom momento no turismo. -----

--- Nós no ano de 2024, crescemos catorze por cento relativamente ao período homólogo do ano de 2023, em número de dormidas, em número de hóspedes, e estávamos a crescer até julho

de 2025, estávamos a crescer mais doze por cento, comparativamente com o período homólogo do ano de 2024.-----

--- O que acontece é que os incêndios de agosto de 2025 no nosso território e na região centro do país provocou também obviamente um conjunto de cancelamento de dormidas, mas mesmo assim estamos em outubro a crescer quase quatro por cento comparativamente com o período de 2024.-----

--- Portanto, um trabalho também que fazemos aqui com o Turismo Centro de Portugal, com a Entidade Regional da Agência de Promoção Externa, que fazemos com a Comissão Vitivinícola Regional do Dão, que fazemos com os nossos municípios, mas fundamentalmente, que fazemos com os nossos privados do alojamento, da restauração, do ativo pois são eles que diariamente vendem dormidas e vendem refeições. Portanto, aqui um alinhamento também com o setor privado do nosso território.-----

--- Por fim, mais duas áreas e para terminar, falar daquilo que temos vindo a fazer um trabalho sustentado, mais uma vez naquilo que nós designamos o triângulo virtuoso, que é Comunidade Intermunicipal, os seus municípios, o sistema científico tecnológico e depois também a Associação Empresarial e as suas empresas. -----

--- E temos vindo a fazer trabalhos, vários projetos no domínio da captação de investimento, em que a CIM tem competências próprias no domínio da captação do investimento, também no domínio do empreendedorismo e depois no domínio também da internacionalização, com vários projetos e projetos de eficiência coletiva, onde estamos a criar espaços de cowork no nosso território, com muitos espaços também de experimentação para ideias de negócio, um trabalho que estamos a fazer em gestão em rede e um projeto que é a Startup Viseu Dão Lafões, para conseguirmos captar talento e fixar talento na nossa região.-----

--- Para terminar uma área que consideramos fundamental, que é a coesão social. -----

--- Temos vários projetos no domínio da coesão social, um que temos vindo agora a desenvolver nos últimos seis meses, tem muito a ver com a questão da comunidade migrante, uma comunidade migrante que temos vindo a trabalhar com o nosso setor social, as nossas IPSS's, que vamos também à área da educação, e é um trabalho que, numa estratégia volto a dizer, eficiência coletiva num projeto em que se fomos capazes de juntar os nossos municípios, as instituições do terceiro setor, o Centro Distrital de Segurança Social, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, também aqui numa área fundamental de complementaridade das intervenções. -----

--- Falei aqui, não falei de todas as áreas, nem falei de todos os projetos, mas falei daquilo que acho que é fundamental e o trabalho que a CIM tem vindo a desenvolver. -----

---O orçamento da Comunidade Intermunicipal, que ascende a cerca de quase trinta milhões de euros, é exatamente o decalque de muitos destes projetos, de muitas das grandes opções do plano que acabei de falar nestas áreas nevrálgicas para a Comunidade Intermunicipal. -----

--- Temos agora aqui um desafio grande também no domínio da habitação. -----

--- Já o disse várias vezes e publicamente, acho que a habitação tem sido uma oportunidade perdida para muitos dos territórios, nomeadamente a habitação a custos acessíveis, isto tem muito a ver com a decisão que houve também do modelo de governação do PRR, um modelo de governação muito assente da Administração Central do Estado e na tecnocracia da Administração Central do Estado, que de facto provocou e dificultou muito a execução de projetos no domínio da habitação, seja ele o primeiro direito, seja ele também a habitação a custos acessíveis. -----

--- Sabemos que vão ser lançadas linhas agora do BEI, exatamente para os municípios financiarem muitos destes projetos no arrendamento a custos acessíveis e, portanto, a CIM, como já tinha no passado também um protocolo a servir de chapéu com o IHRU nestas intervenções, vamos agora também continuar a desenvolver esse projeto, conhecer as regras do jogo relativamente ao Banco Europeu de Investimento para depois, num segundo momento, conseguirmos captar o máximo de recursos financeiros para o nosso território”. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **Rui Santos**, cuja intervenção se transcreve:” Duas pequenas notas. Uma, é que penso que será possível melhorar a aplicação do MOBI porque neste momento está um pouco confusa e é relativamente difícil, as pessoas que querem utilizar e querem procurar horários, não é, em alguns casos, muito fácil encontrar. Eu penso que é possível, é importante, a aplicação é um grande passo e é um grande avanço, mas penso que será possível tornar com algum esforço, estas coisas também têm um período de maturação e no sentido de melhoria, eu julgo que será possível, com as entidades, encontrar uma melhoria da aplicação que a torne mais simples, mais prática de encontrar. Bom, essa é uma questão. ---

--- Para além do resto, tendo eu confiança naquilo que foi o trabalho que o Secretário Executivo fez para desenvolver isto, eu só faço aqui duas questões no sentido de clarificar melhor. Eu julgo, percebo qual é a razão. No mapa inicial, que tem a ver com as receitas de correntes de capital, quando aparecem as transferências correntes previstas para 2026, temos vinte e um milhões, setecentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta euros e depois temos em 2027, onze milhões e oitenta e um mil euros. Claro que aqui há questões que não estão definidas e não podem ser orçamentadas, e uma parte resulta inclusivamente, com certeza, e era isso que eu gostaria de ter uma explicação, resulta do fim do PRR. Em 2026, penso que há isso. Mas, com certeza, que a o senhor Secretário Executivo e a Comunidade têm a expectativa que depois estes

onze milhões sejam mais em 2027. E o mesmo se passa em relação às transferências de capital. Porque há cinco milhões e depois passa-se para cento e cinquenta e oito mil euros. Portanto, quais são as expectativas. Isto é só uma questão mais até de curiosidade e de explicitação. O que é que se prevê, isto é um pouco aquilo que se faz nos municípios com a votação para ano e depois para os anos seguintes, às vezes com um euro, para estar a rubrica aberta. O que é que, de facto, pensam que é possível depois em 2027 vir a melhorar para obviamente dar mais corpo à intervenção no conjunto da CIM”. -----

--- Foi dada a palavra à Senhora Deputada **Ana Paula Santana**, cuja intervenção se transcreve: “Analisado o documento que nos foi presente e com as explicações agora prestadas pelo Secretário Executivo, a bancada do PSD votará favoravelmente ao plano de atividades e ao orçamento para 2026, não sem antes nos congratularmos com alguns dos pontos que consideramos essenciais, que já foram também explicados pelo Dr. Nuno Martinho, na sequência da passagem da palavra que lhe foi dada. No entanto, realçamos a continuação dos trabalhos fortemente efetuados e que nós podemos constatar agora que vão ter continuidade no âmbito da educação, no âmbito da literacia em diversas frentes, na integração profissional e no desenvolvimento tecnológico. -----

--- Eu reitero a minha moção inicial que também tinha a ver com isto. -----

--- Depois, não poderia deixar também de congratular-nos que os objetivos ao nível da coesão territorial e com o plano intermunicipal no âmbito da integração das diversas comunidades migrantes que se têm alojado nos nossos territórios. -----

--- A cultura e o turismo continuam a ser um assunto deveras pertinente e que está incluído no plano de atividades. -----

--- A mobilidade e os transportes no qual se tem desenvolvido grandemente, com efetivo resultados práticos e que agora devem ter a sua continuidade também que estão contemplados e plasmados. -----

--- E por último, o trabalho, ou melhor, em penúltimo, peço desculpa, o trabalho feito no âmbito da proteção civil, com ênfase na proteção florestal, que se exige e que obriga de facto a que os municípios possam ter aqui um parceiro de suma eficácia na condução de projetos e na execução de políticas efetivamente satisfatórias para a prevenção dos incêndios e preservando a nossa floresta de uma forma eficaz e salutar. -----

--- Por último, congratulo-me e congratulamo-nos com agrado nas políticas ao nível da habitação que a CIM se perspectiva. -----

--- Relativamente ao orçamento, também a bancada identificou que as receitas correntes caíram em cerca de um terço, que depois são compensadas também na diminuição das despesas

na mesma proporção, refletidas na aquisição de bens e serviços, e à semelhança da intervenção do membro anterior, presumo que isto tenha a ver efetivamente com o futuro enquadramento em eventual quadro comunitário aberto para tal, portanto gostaríamos que nos esclarecesse também disso.-----

--- De qualquer modo, e para terminar, congratulamo-nos pelo trabalho feito e pelo trabalho que este orçamento e plano de atividades prevê que se continue a fazer”.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado **António Luís**, cuja intervenção se transcreve: “Foi feita alusão à alteração do regimento, sendo eu o membro mais antigo, acho que teremos de o alterar e duplicar o tempo do período antes da ordem do dia, porque, pela experiência, isto vai continuar a ser assim.-----

--- Aproveitava também para felicitar o Dr. Nuno Martinho pela eleição.-----

--- E se me permitem, fazendo uma vénia, uma homenagem mesmo à equipa que lidera. Eu sou conhecedor da competência, do compromisso, da forma como se dedicam à defesa do nosso território, à defesa de todos nós, dos cidadãos da CIM de Viseu Dão Lafões.-----

--- Vou tentar ser telegráfico, sem estar a repetir o que já foi referido, nomeadamente pelo Dr. Nuno Martinho etambém pela Dra. Ana Paula Santana.-----

--- Deixar aqui o repto para tentarmos ser um pouco mais efetivos, mais concretos, em três áreas essenciais. Por um lado, a floresta/“incêndios”, nomeadamente na questão da reflorestação, através de um incremento no investimento nesta área. Para além disso, é importante a forma como o fazemos, quer na escolha das espécies, mas, sobretudo, no ordenamento, para que projetemos para o futuro uma limpeza de florestas mecanizada. Não há outra solução, não há outro caminho. Se dermos um veículo a um trabalhador, ele vai com bom grado executar o serviço de limpeza, se propusermos uma moto roçadora já é capaz de não haver assim tantos candidatos. O caminho, no meu ponto de vista, tem de ser nessa direção, apostar neste tipo de mecanização.-----

--- Relativamente aos recursos hídricos, no aproveitamento e potenciação desses recursos, temos o apoio da União Europeia, através dos fundos de coesão e, de facto, temos falado muitas vezes neste tema, mas acho que temos de ser muito mais concretos, muito mais efetivos, temos de apresentar muito mais trabalho nesta área.-----

--- Eu sei que alguns destes pontos são de intervenção mais restrita, ou seja, apenas de âmbito municipal, mas muitos deles são intervenção supramunicipal e temos, em muitos deles, de trabalhar em rede, de lhe dar uma maior escala, para podermos ser mais eficazes na gestão das oportunidades que que vamos tendo, nomeadamente, as provenientes da União Europeia. ----

--- E para finalizar, um tema que tem a ver com o plano europeu da habitação. Nós sabemos que o próximo ano vai ser absolutamente decisivo no aproveitamento dos recursos que a União Europeia vai disponibilizar para os países resolverem este problema. Não podemos deixar de aproveitar esta oportunidade e também considerar a construção modular como solução a explorar. É, de facto, uma boa solução. É claro que se contrapõe o problema do terreno, que também é caríssimo, mas alguns particulares têm o terreno e os municípios têm área disponível para investir nessa solução. E como um dos grandes problemas que temos, prende-se com a mão-de-obra, este tipo de construção ou esta solução certamente que fará esbater grandemente esse problema”.

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho**, cuja intervenção se transcreve:” Relativamente à questão da mobilidade e à questão da app e à tecnologia que o senhor deputado Rui Santos referiu, dizer-lhe, de facto, nós estamos a colocar muita tecnologia no sistema, nós temos autocarros todos rastreados por GPS que permite ver os atrasos e quem está a consultar a app saber se o autocarro está demorado ou se já passou ou se está atrasado, mas obviamente temos noção que temos que privilegiar e melhorar muito a informação ao pouco.

--- Nós estamos num processo de melhoria contínua, nós tivemos alguns estrangulamentos que foram conhecidos no início do ano escolar, a quinze, dezasseis de setembro, nomeadamente temos um operador que hoje faz o território todo quando no passado era feito por cinco operadores, mas problemas que foram resolvidos no espaço de quinze dias.

--- Portanto estamos num processo, falei há pouco que nós colocámos mais de trinta abrigos, vamos colocar mais de quinhentos postales com um conjunto de informação ao público, vamos agora colocar, nesses nossos abrigos, informação sobre os horários, só que ainda não estabilizamos toda essa questão, porque estamos ainda num processo de alteração de horários e até de ajustamentos que temos vindo a fazer também com os nossos municípios, mas temos noção, de facto, e a própria app, nós já demos um conjunto de contributos à empresa tecnológica, que é a Eleven, que trabalha com a Transdev, não só um conjunto de informação mais fácil de utilizar na lógica do utilizador, mas também na lógica da informação de gestão para a Comunidade Intermunicipal e reporte da informação.

--- Dar nota que, há pouco não falei nisso, nós neste momento, com vinte euros andam em todo o território. Nós antes tínhamos passes de sessenta, de setenta, se calhar os senhores não tinham noção disso, passes de sessenta, de setenta euros, em que dava para usar só uma origem e o destino. Hoje com vinte euros podem andar em toda a rede Mobi Viseu Dão Lafões.

--- E dizer também que estes passes nós estamos a ter um bom problema. Nós hoje estamos com alguns problemas, ainda continuamos a ter, ainda hoje voltou a chegar um email, com problemas de lotação nalguns autocarros. E os problemas da utilização, da lotação têm a ver com muita gente que hoje está a utilizar o sistema de transporte público que no passado não a utilizava, portanto isto é um bom problema. Onde antes nós conseguíamos ter uma viatura mini, hoje a viatura mini já não chega, temos de ter viatura standard portanto, é um processo de melhoria contínua que estamos a fazer e a informação ao público é uma questão que nos preocupa e que estamos a melhorar. -----

--- Relativamente à questão mais na lógica de orçamento que foi colocada, também pelo Dr. Rui Santos, pela Dra. Ana Paula Santana, que tem a ver com a questão da diminuição do orçamento que é plurianual do ano 2026 para ano 2027.-----

--- Tem a ver exatamente com aquilo que disse o senhor deputado Dr. Rui Santos, tem a ver um bocadinho com a previsibilidade, tem a ver com a questão dos fundos comunitários, nós de facto colocamos as verbas em função quando sabemos a arrecadação das verbas que temos, portanto, a ITI para nós é aquilo que sabemos que vamos ter, temos um contrato programa com a CCDRC, outra coisa são os avisos que vão abrindo nos vários programas, nos vários projetos europeus e que a CIM se vai candidatando e quando temos o contrato de financiamento, de facto, colocamos.-----

--- Há pouco falei ali numa questão que nos preocupa e isto tem sido amplamente discutido até no Comité das Regiões que é o próximo período de programação comunitário, o próximo quadro financeiro plurianual que a partir de 2027/2028 vai começar a ser discutido, levanta-nos aqui muitas questões e temos de estar muito atentos naquilo que à governança se prevê. E, portanto, neste momento a discussão que está em Bruxelas é uma governança que não agrada às regiões, é aquilo que é a antítese da coesão territorial, é que pressupõe um modelo muito parecido com aquilo que é o PRR e um modelo com uma centralização muito no sistema, na sua utilização. --

--- É isto que está em cima da mesa, já houve posição dos deputados de todos os partidos que estão no Comité das Regiões, dos próprios deputados europeus e a Comunidade Intermunicipal, há dias partilhei isto também com o senhor Presidente, no outro dia numa reunião também com o Governo, com o senhor Ministro da Coesão Territorial e com o senhor Secretário de Estado, Helder Reis, colocámos a tónica nisso e vai haver, no início do ano, uma posição das Comunidades Intermunicipais e das Áreas Metropolitanas relativamente a este modelo de governação que se propõe, que nós entendemos que é um bocadinho antítese aquilo que é coesão territorial.-----

--- Dizer também, uma questão que foi colocada da defesa da floresta. Nós, de facto, fazemos a reflorestação, estamos fazendo muito também na lógica daquilo que é a sensibilização da comunidade, fizemos uma ação grande, devem ter acompanhado na passada semana em Vouzela, fazemos isto também muito das escolas, dos alunos desde tenra idade, com projetos ligados às alterações climáticas, ligado também à sensibilização dos alunos desde tenra idade. Portanto, esta questão da proteção civil, da defesa da floresta e da resiliência das nossas espécies é um trabalho. Estamos a deixar sementes para colher um dia mais tarde, mas é um caminho de facto que se faz caminhando. -----

--- Dar também aqui uma nota, que está no nosso plano de atividades, que é uma situação que se cruza muito com os fundos comunitários. Foi outra questão que partilhei com o Presidente e que vamos lançar no início do próximo ano. Está a ser discutida neste momento uma reprogramação, na Comissão Europeia, que está para ser aprovada relativamente ao Portugal 2030. Esta reprogramação vai colocar muitas verbas na defesa e na indústria da defesa. -----

--- Na indústria da defesa muito ligado à economia, às empresas no sentido das empresas se readaptarem para terem novos produtos e novos serviços ligados à questão da indústria da defesa. Acho que o território tem que se preparar para isso porque tem um conjunto de indústria transformadora, de indústria no nosso território que pode fazer esse caminho. Vai haver também muitos fundos comunitários para as próprias empresas fazerem exatamente esse esse trabalho e, relativamente a isso, dizer-vos também que nós, a CIM, vemos a indústria da defesa numa lógica do duplo uso, numa lógica também daquilo que é a proteção civil e intermunicipal e, portanto, muito investimento na indústria da defesa pode ser na lógica da proteção civil.-----

--- E, portanto, eram estas notas e contribuídos que queria dar, penso que respondi a todas as questões que foram colocadas”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 40 deputados presentes.-----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- **Quanto ao sexto ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e votação da proposta de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, no exercício de 2026, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho**, cuja intervenção se transcreve:” Esta é uma autorização prévia e genérica que, muitos dos senhores deputados e senhoras deputadas, devem estar habituados também nas vossas câmaras municipais, portanto

é uma autorização prévia que é dada ao Conselho Intermunicipal relativamente à assunção de compromissos que depois tem de vir a conhecimento na Assembleia Intermunicipal seguinte, assim como como tem vindo sempre”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 40 deputados presentes. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- **Quanto ao sétimo ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e ratificação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da autorização de reprogramação do PPI 2025 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referentes aos anos de 2025 e 2026 para a “Empreitada de recuperação paisagística para valorização das Aldeias Serra do Caramulo em Tondela, Vouzela e Oliveira de Frades”, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo **Nuno Martinho**, cuja intervenção se transcreve:” De uma forma rápida, até com a permissão da Assembleia, e do senhor Presidente da Mesa, a explicação que dou para um ponto e para o ponto exatamente seguinte, que foi uma ratificação, peço a retificação aqui da Assembleia relativamente à assunção de compromissos plurianuais que foram feitos relativamente a dois projetos, um projeto das Aldeias da Serra do Caramulo, um projeto que envolve três municípios e que foi necessário lançar o procedimento concursal relativamente à empreitada e o segundo, que também vem no ponto seguinte, tem a ver exatamente com o projeto que falei há pouco, um projeto ligado à estratégia nacional dos territórios inteligentes, ligado às cidades e às regiões inteligentes, que tivemos que lançar o concurso público internacional sob pena de não conseguirmos executar o contrato, executar a candidatura que temos aprovada no PRR que termina no próximo mês de junho de 2026”. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 40 deputados presentes. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- **Quanto ao oitavo ponto da ordem de trabalhos:** Análise, discussão e ratificação, nos termos do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), da autorização de reprogramação do PPI 2025 e a repartição de encargos e assunção do compromisso plurianual referentes aos anos de 2025 e 2026 para a “Aquisição e implementação de uma Plataforma de

Gestão Urbana e de onze Plataformas Verticais para o projeto SMART REGION Viseu Dão Lafões”, no âmbito do projeto submetido e aprovado ao “Aviso N.º 01/C19-i08/2024 | Territórios Inteligentes | Aquisição e desenvolvimento de Plataformas de Gestão Urbana” do PRR, para efeitos do disposto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho e nos artigos 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Em face da ausência de pedidos de inscrição, o Senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por unanimidade, pelos 40 deputados presentes. -----

--- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 6 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

--- **Quanto ao nono ponto da ordem de trabalhos:** Listagem dos compromissos plurianuais assumidos, entre o dia 24 de abril e 14 de novembro de 2025, ao abrigo da autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos termos do artigo 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho. -----

--- Intervenção do Público -----

--- Não se verificou qualquer pedido de intervenção. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte horas e quarenta minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pelo Secretário da mesma. -----